Lula, no comício em Itaquera, S. Paulo:

"Povo vai recuperar a democracia e a soberania nacional"

Na reta final, Coligação Brasil da Esperança já beira maioria absoluta

O ex-presidente Lula afirmou, na manhã do sábado (24), em comício no Grajaú, na Zona Sul da capital paulista, que o voto do povo brasileiro no dia 2 de outubro "é para recuperar a soberania nacional e fazer uma revolução democrática". Na tarde do mesmo dia, ele fez outro comício, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, reunindo milhares de pessoas. Lula advertiu para o desespero de seu adversário. Nas pesquisas eleitorais, Lula está bem à frente de Bolsonaro, e as mais recentes indicam vitória já no primeiro turno. **Pág. 3**

Ricardo Stuckert

Lula e Alckmin comemoram, no comício de Itaquera, a aliança que colocará um fim ao desastre bolsonarista

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

68,7% da mão de obra do país vive com menos de 2 salários mínimos

Quase 70% dos trabalhadores do país recebem até dois salários mínimos, ou 66,7 milhões de brasileiros de um total de 98,8 milhões de ocupados. Do total de trabalhadores no país, a parcela dos que ganham até 1 salário mínimo (R$ 1.212) chega a 37%, ou 35,5 milhões de trabalhadores. No primeiro ano de governo Bolsonaro eram 27 milhões de trabalhadores que recebiam até um salário mínimo. Os dados têm base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de julho do IBGE e na LCA Consultores. **Página 2**

Divulgação

"Bolsonaro tirou do combate ao câncer para dar a aliados", afirma deputado Orlando

"Bolsonaro adora a morte! O governo cortou 61% das verbas para compra de equipamentos a hospitais que tratam doentes com câncer para manter o orçamento secreto, segundo o Estadão", escreveu o deputado Orlando Silva, candidato à reeleição, na rede social. **Página 3**

Reprodução de rede social

Fazer dos palácios da Alvorada e do Planalto comitês de campanha é crime eleitoral e grotesca aberração

TSE proíbe o uso do Palácio para as "lives eleitoreiras"

O ministro Benedito Gonçalves, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atendeu a um pedido do PDT e proibiu, no sábado (24), o uso da estrutura do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto por Jair Bolsonaro para fazer campanha eleitoral. A decisão acaba com a farra das lives ilegais de cunho eleitoral feitas dentro dos palácios. O PDT acusou o presidente e o candidato a vice de cometerem abuso de poder político pela realização do que classificam como "live para um viés eleitoral, com a finalidade política de atrair cidadãos e cidadãs interessados nos atos de gestão e depois fustigá-los com propaganda política", nas dependências privativas do palácio. **Pág. 3**

BC mantém juro maior do mundo

Foram sangrados da sociedade em um ano R$ 600 bilhões só para pagamento de juros. País continua a ser campeão mundial de juro real, entre 40 países, segundo o portal MoneYou. **Página 2**

Perdidão: carioca Tarcísio não sabe sequer o nome do bairro em que vota

O candidato ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) não soube dizer onde votará na eleição nem o nome do bairro. **Pág. 4**

ONU: China condena interferência de EUA em Taiwan

Pág. 6

Foto: Marcos Corrêa/PR

Guedes, Bolsonaro e Campos Neto do BC

Governo mantém o Brasil com o maior juro real do mundo

Foram sangrados da sociedade em um ano R$ 600 bi para pagamento de juros

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa básica de juros da economia em 13,75% ao ano nesta quarta-feira (21), após promover durante um ano o maior arrocho monetário deste 1999. Com a decisão, o arrocho continua, com o Brasil campeão mundial de juro real, descontada a inflação para os próximos 12 meses, entre 40 países, segundo o portal MoneYou e pela gestora Infinity Asset Management.

Desde março de 2021, a taxa Seli foi elevada 12 vezes consecutivas, uma alta de 11,75 pontos percentuais, quando o país ainda sofria e sofre as consequências da pandemia e da paralisia na economia, agravada por um governo negacionista, que sabotou a vacinação, cortou invetimentos em ciência, saúde e educação e promoveu a discórdia. Cerca de 700 mil vidas foram ceifadas.

Com o desemprego alarmante e o descaso de Bolsonaro com os programas sociais que atendem aos que mais precisam, a fome explodiu no país, atingindo 33 milhões de brasileiros.

Assim como explodiu a inflação, mantendo os preços dos alimentos e insumos dolarizados e os preços dos combustíveis, do gás de cozinha e da energia nas alturas, levando famílias às filas de ossinhos e caçambas por restos de comida nos supermercados.

O aumento de juros a pretexto de reduzir a inflação não teve efeito nenhum, como observou o economista José Luis Oreiro, em entrevista ao HP. "A inflação só cedeu um pouco nos últimos dois meses porque o governo reduziu o ICMS sobre os combustíveis e sobre eletricidade e isto deu deflação em dois meses. É por isto que a inflação este ano vai fechar menor que a previsão, não foi por causa da elevação dos juros", declarou.

Já os preços dos alimentos, não param de subir, corroendo o orçamento das famílias. Enquanto o juros subiam, o salário caía. A inadiplência em julho atingiu 67,6 milhões de brasileiros, a maioria com dívidas em bancos e cartões impactadas pelos juros extorsivos, em meio ao desemprego elevado e 39 milhões no trabalho precário.

Sete das nove áreas pesquisadas pelo IBGE tiveram alta no IPCA de agosto. Apenas transportes e comunicação registraram deflação: vestuário: +1,69%, saúde e cuidados pessoais: +1,31%, educação: +0,61%, despesas pessoais: +0,54%, artigos de residência: +0,42%, alimentação e bebidas: +0,24%, habitação: +0,10%, comunicação: -1,10% e transportes: -3,37%.

Enquanto os juros subiam, a produção industrial caía. No ano, até julho, a indústria acumula queda de 2,0% e, em 12 meses, o acumulado foi -3,0%. Vendas no comércio recuam 0,8% em julho pelo terceiro mês seguido.

Por outro lado, enquanto o juro subia, o governo Bolsonaro transferiu de recursos públicos a bancos R$ 586,4 no acumulado de doze meses até julho. Em um ano, foram mais R$ 200 bilhões,

Segundo o economista Oreiro, é "o maior programa de transferência de renda da história, de toda sociedade, para o 1% mais rico do País. Enquanto isso, estamos vendo os indicadores econômicos, por exemplo, o setor do varejo, na transição de julho para julho, veio em queda, o varejo restrito e ampliado. O efeito da reabertura da economia está se esgotando. Nós temos 33 milhões de brasileiros passando fome, e são quase R$ 600 bilhões transferidos para os mais ricos. É uma mentira dizer que há transferência no Brasil dos ricos para os pobres. O que tem é uma transferência de renda de toda a sociedade para os mais ricos. Eu repito, esse aumento em um ano de R$ 200 bilhões é três vezes o Auxílio Brasil. É transferir de toda a sociedade para os 1% mais ricos. Lógico que este pessoal está apoiando Bolsonaro, evidente, estão ganhando muito dinheiro", afirmou o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB).

68,7% da mão de obra do país vive com menos de 2 salários mínimos

Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Precarização: 39,3 milhões sem carteira ou por conta própria, vivendo de "bico"

São 66,7 milhões de brasileiros. A parcela dos que ganham até um salário mínimo soma 35,5 milhões, em meio à precarização do trabalho, arrocho na renda e carestia

Informalidade e baixos salários são as atuais marcas do mercado de trabalho brasileiro. Quase 70% dos trabalhadores do país recebem até dois salários mínimos, ou 66,7 milhões de brasileiros de um total de 98,8 milhões de ocupados. Ao contrário do que diz Bolsonaro, de que a economia está "bombando" e está em "plena recuperação", sob seu governo, a maioria dos trabalhadores passaram a exercer atividades precárias para sobreviver à crise econômica agravada por ele.

Do total de trabalhadores no país, a parcela dos que ganham até 1 salário mínimo (R$ 1.212) chega a 37%, ou 35,5 milhões de trabalhadores. No primeiro ano de governo Bolsonaro eram 27 milhões de trabalhadores que recebiam até um salário mínimo, segundo reportagem do jornal O Globo, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de julho do IBGE e da LCA Consultores.

As mentiras de Bolsonaro às vésperas das eleições, divulgando dados de crescimento de emprego, após seus quatro anos de economia estagnada, com cortes nos investimentos públicos, arrocho salarial e negacionismo diante da pandemia, que tirou a vida de cerca de 700 mil pessoas, não dá para esconder a triste realidade em que se encontram os trabalhadores. São 10 milhões no desemprego, com o Brasil ocupando em 2022 o 5º lugar com a maior taxa de desocupação em um ranking de 40 países, segundo levantamento feito pela Austin Rating.

O fato de a taxa de desocupação, medida pela pesquisa do IBGE, ter recuado para 9,1% em julho deste ano, os números escondem que a população está vivendo com muito pouco e cada vez mais pobre. Sem meios de conseguir trabalho formal, o universo de trabalhadores vivendo por conta própria ou de "bico" explodiu durante os anos Bolsonaro, assim como explodiu a fome no país com 33 milhões de brasileiros sem comida.

Nas entrelinhas da Pnad, aparece um percentual de 39,8% da população ocupada exercendo atividades informais, ou seja, sem proteção social, remuneração fixa, sem estabilidade ou qualquer direito trabalhista – um recorde histórico. São 39,3 milhões de brasileiros no trabalho precário, sem carteira de trabalho. Vivendo de "bico", por conta própria, estão 25,9 milhões de pessoas.

A consequência disso é o aumento da inadimplência e da pobreza, já que além de baixos salários, a inflação em disparada também é uma realidade com a qual os brasileiros tiveram que voltar a viver nos últimos anos. São 67 milhões de brasileiros que não conseguem pagar suas contas básicas do mês e estão pendurados com os juros extorsivos dos bancos.

Para os quase 67 milhões que vivem com até dois salários e para os 35,5 milhões que precisam sustentar as famílias com até um mínimo, até comprar uma cesta básica se tornou difícil. A carestia não dá trégua, e os alimentos continuam subindo, corroendo o orçamento das famílias e impedindo o acesso a milhões a um prato de comida.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em agosto, a cesta básica de alimentos na capital paulista chegou a R$ 750,00, o que representa cerca de 67% do salário base atual.

Desemprego no Brasil é o 5º maior entre 40 países, aponta pesquisa

Foto: UGT

SP: fila por emprego em maio deste ano na capital

O Brasil sob Bolsonaro ocupa a posição de quinto país com a maior taxa de desemprego em um ranking de 40 nações. Com índices atuais maiores que do Brasil, aparecem apenas a Espanha (12,6%), no topo, seguida por Grécia (11,4%), Colômbia (10,6%) e Turquia (10,1%), de acordo com levantamento da Austin Rating, divulgada pela Folha de São Paulo.

A taxa de desemprego brasileira era de 13,7% em julho de 2021, recuando para 9,1%, segundo o IBGE, no mesmo período deste ano. São 9,9 milhões de desempregados.

Ao contrário do que disse Bolsonaro na ONU de que a "economia está em plena recuperação", a redução da taxa de desocupação é marcada pelo aumento da informalidade, do trabalho precário, que bateu recordes e representa, pelos dados de julho, 39,8% dos brasileiros ocupados ou 39,3 milhões de brasileiros sem carteira de trabalho. Vivendo de "bico", por conta própria estão 25,9 milhões de pessoas.

Com a inflação nas alturas e os salários espremidos pela baixa remuneração, também cresceram os índices de pobreza, com 33 milhões de pessoas com fome.

Governo derruba economia: 32º lugar entre 50 países

Entre 2019 e 2021, PIB brasileiro variou 0,59%, em média. No mundo, o resultado foi de 1,54%

Entre 2019 e 2021, a economia brasileira teve um crescimento em média de 0,59% ao ano, frente a um avanço mundial de 1,54%, segundo um estudo feito pelo economista Sergio Gobetti, com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), a pedido do Estadão, divulgado no domingo (19).

De acordo com o levantamento, o Brasil ocupa a 32.ª posição num ranking de crescimento econômico de 50 países nos últimos três anos. Mesmo com o surgimento da pandemia de Covid-19 neste triênio, a economia dos EUA cresceu 1,45% ao ano; os países da Zona do Euro, 1,25%; e a Ásia, 2,17%. A China, epicentro da pandemia, cresceu 5,4% no período.

"Costumávamos falar que os anos 1980 haviam sido a década perdida pelo fato de a economia brasileira ter crescido menos de 2% ao ano, mas agora descobrimos que a verdadeira década perdida é a que estamos vivendo", observou Gobetti.

Os dados apontados pela sondagem desmentem a falácia de Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, em meio às eleições, de que a economia está "bombando", que se recuperou em "V", entre outros adjetivos que buscam fugir da realidade da estagnação econômica que o país vive, com alto nível de desemprego, inflação elevada, crescimento da pobreza, com mais de 33,1 milhões de pessoas passando fome.

A série histórica do FMI revela que, em comparação à economia global, a melhor fase para o país nas últimas duas décadas foi na segunda metade dos anos 2000, entre 2007 e 2010, quando o PIB brasileiro cresceu 4,6% ao ano, ante 1,87% no mundo. Cabe lembrar que, neste intervalo de tempo, ocorreu a crise financeira mundial de 2008.

Foto: Rodrigues Nunes/Ministério da Saúde

Planalto não garante nem remédios: as farmácias populares estão vazias

Seis em cada dez cidades enfrentam a falta de remédios, alertam prefeitos

O descaso do governo Bolsonaro com a saúde dos que mais precisam está impedindo o acesso de milhões de brasileiros aos medicamentos nas farmácias populares.

Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), divulgado pelo Jornal Nacional no sábado (23), seis em cada dez cidades enfrentam a falta de remédios na Farmácia Popular, onde remédios saem de graça e têm desconto de até 90%, beneficiando as pessoas que sofrem de doenças crônicas, como asma, hipertensão e diabetes.

Um programa que traz alívio para o consumidor, particularmente após o aumento no preço dos remédios autorizado por Bolsonaro este ano de quase 11%, acima da inflação do ano anterior. Sem falar na carestia nos preços dos alimentos, do desemprego elevado e na renda em queda.

Segundo a entidade, desde o início do ano vem recebendo reclamações sobre a falta dos medicamentos e ouviu cerca de 60% das prefeituras no país que relataram a falta dos remédios, sendo que a região onde a situação é mais grave é no Nordeste. Entre os medicamentos que mais faltam estão os antibióticos.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, a alegação de carência de insumos, ou por "resquício da pandemia ou por guerra na Ucrânia", "não pode servir de justificativa para toda a omissão da área pública em ter a solução do problema". "A verdade é que isso é gravíssimo, agora já se tornou praticamente crônica a falta de remédios", disse Ziulkoski ao JN.

Como se não bastasse negar a vacina durante a pandemia que ceifou a vida de cerca de 600 mil brasileiros, Bolsonaro quer acabar com o programa Farmácia Popular. Dos R$ 2,04 bilhões do orçamento destinados ao programa neste ano de 2022, as verbas destinadas para o ano de 2023 cairão para R$ 804 milhões, um corte de R$ 1,2 bilhão no programa que atende mais de 21 milhões de brasileiros com medicamentos gratuitos.

Logo após liberar verbas para aliados, governo corta mais R$ 2,6 bilhões do Orçamento

O governo Bolsonaro anunciou nesta quinta-feira (22) um corte de mais R$ 2,6 bilhões no Orçamento de 2022. Com o novo corte, o total de recursos públicos bloqueados pelo governo este ano sobe a R$ 10,5 bilhões, valores que atingiram principalmente as área de Saúde e Educação.

O bloqueio de mais R 2,6 bilhões ocorre logo após Bolsonaro liberar um total de R$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares, sendo que R$ 3,5 bilhões foram as do chamado orçamento secreto, um dos maiores esquemas de desvio ilegal de verbas públicas para o suborno e a compra de votos.

Além dos cortes na Saúde (R$ 2,7 bilhões) e na Educação (R$ 1,6 bilhão) no ano para garantir os recursos a seus aliados através do orçamento secreto, Bolsonaro editou duas medidas provisórias em agosto adiando o pagamento dos recursos aprovados pelo Congresso Nacional para a área de Cultura através das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 e bloqueou as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Leia mais: https://horadopovo.com.br/governo-tesoura-mais-r-26-bi-do-orcamento/

DataSUS perde 58% da verba em prol do orçamento secreto

O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS), importante ferramenta de gestão de dados de saúde pública do país, é mais um alvo do governo de Jair Bolsonaro para garantir os R$ 19,4 bilhões a seus aliados através do orçamento secreto.

A proposta de Orçamento para 2023 enviada ao Congresso Nacional prevê um corte nominal de 58% na verba do departamento, que é responsável pela gestão dos sistemas do SUS sobre filas de atendimento e armazenamento de dados de milhões de usuários do sistema de saúde. Além disso, geriu, durante a pandemia, dados e números da Covid-19 e certificações de vacinação.

Pela proposta do governo, o DataSUS teria apenas R$ 140,2 milhões disponíveis no próximo ano, cerca de R$ 190 milhões a menos do que em 2022. Antes do desmonte de Bolsonaro ao sistema, os recursos reservados ao DataSUS eram de R$ 512 milhões, em 2019, vindo despencando desde então, segundo reportagem da Folha de S. Paulo.

No ano passado, sob a gestão dos negacionistas à frente do Ministério da Saúde, o sistema do departamento foi invadido por hackers que expuseram dados e informações do governo e provocaram um "apagão" no sistema em plena pandemia, comprometendo o ConectSus, plataforma onde ficam armazenadas as informações sobre a vacinação dos brasileiros.

Leia mais no site do HP: https://horadopovo.com.br/planalto-corta-58-da-verba-do-datasus-em-prol-do-orcamento-secreto/

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Reprodução

"Resgatar essa dignidade com Lula eleito"

Lula recebe o apoio do prefeito Eduardo Paes e de sambistas da Portela na quadra de Madureira

A uma semana para o primeiro turno das eleições, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de um comício neste domingo (25), na quadra da escola de samba Portela, no Rio de Janeiro, ao lado de Eduardo Paes, prefeito da capital fluminense e da sambista Tia Surica.

"Nós precisamos voltar a governar para poder transformar o Brasil num país soberano", disse Lula em seu discurso. "A gente vai ter que dizer para a sociedade: não vai ter mais invasão em terras indígenas e ponto. Não vai mais ter garimpo ilegal e ponto. Não precisa desmatar. O presidente tem que ter credibilidade para quando ele falar, a sociedade entender e compreender que é sério", afirmou ao público presente na Portela.

Na quadra azul e branco, Lula foi "coroado" com um chapéu pela presidenta de honra da Portela, a Tia Surica, acompanhada, no palco, pelo casal de mestre-sala e porta-bandeira, Marlon Lamar e Lucinha Nobre, que seguravam o pavilhão da escola.

Estavam presentes também a deputada Gleisi Hoffmann (PT), presidente nacional do partido, o deputado André Ceciliano (PT), candidato a senador, o ex-prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, candidato ao governo do estado pelo PDT, a deputada Jandira Feghali (PCdoB) e outras lideranças do Rio de Janeiro.

Lula denunciou o desmonte que o país sofre nas mãos de Jair Bolsonaro. Além de explicar como o Bolsa Família mudou a vida das pessoas, e como "apagou os candeeiros" com o Luz Para Todos, o ex-presidente defendeu que é preciso retomar o poder para recuperar a soberania nacional e preservar a floresta amazônica.

"Agora, esse cidadão que está aí tentar passar para a sociedade a ideia que é honesto, que os filhos dele são honestos, que o Queiroz é honesto? No meu tempo eu não queria controlar o Ministério Público ou a Polícia Federal porque eu quero a instituição do estado forte para garantir a democracia. No meu governo não teve sigilo", criticou.

Em uma de suas primeiras medidas, o ex-presidente garantiu que irá acabará com o sigilo de cem anos que Bolsonaro impôs tanto em seus próprios documentos, como nas investigações daqueles que rondam seu círculo íntimo.

"Eu vou ganhar as eleições, tomar posse e acabar com o sigilo dele no primeiro mês. É simples assim. Ele fez por decreto, eu vou decretar o fim. Fim do sigilo, quem não deve não tem medo. Então, senhor Bolsonaro, você precisa parar de ser garganta, de ser arrogante e precisa saber que tem contas a prestar. Não só o conjunto de patrimônio [comprado com dinheiro em espécie], ele vai ter que explicar o orçamento secreto também. Então, ele vai ter que explicar algumas para sociedade brasileira", afirmou Lula.

O ex-presidente se mostrou otimista com a eleição que se aproxima, e que sua militância não precisa perder tempo conversando com bolsonaristas radicais para tentar virar o voto, e sim com aquelas pessoas que ainda estão em dúvida ou que não pretendem participar do pleito.

"Vá na urna votar para você tomar conta do seu país, para você tomar conta do Brasil. Eu vou precisar de vocês, a gente vai voltar a sorrir, a gente vai voltar a ter esperança. E dia 2 de outubro é o dia da gente dizer: os poderosos tentaram matar uma, duas ou 3 rosas, mas a primavera chegou! E ela chegou para ficar. A gente não vai mais exalar o cheiro de pólvora das armas que eles estão vendendo, a gente vai exalar o perfume das pétalas das rosas que esse país vai plantar", completou.

No evento, a presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hofmann, revelou o sonho que sempre teve de conhecer a quadra da Portela e lembrou com carinho do desfile que assistiu presencialmente. "Se a gente colocar nas urnas essa alegria e essa energia que vocês estão recebendo o presidente Lula, tenho certeza de que no dia 2 de outubro vamos eleger Luiz Inácio presidente do Brasil", disse ela.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), participou de um ato na quadra da Portela, na cidade do Rio de Janeiro, em apoio à candidatura do ex-presidente Lula e ressaltou que "só podemos resgatar a esperança no Brasil se elegermos Lula presidente". Emocionado, Paes relata que perdeu o pai em 2021, vítima da Covid-19. "Vi minha mãe chorar quando ele estava entubado na UTI, após Bolsonaro debochar das vítimas do vírus".

O prefeito também fez duras críticas à gestão federal. "Não tem repasse para saúde, não tem repasse para assistência neste governo. Nunca vi tanta gente com fome, na miséria, passando fome. Na sua gestão, Lula, nunca faltou verbas. Só votando em Lula vamos conseguir resgatar essa dignidade", acrescentou.

'O povo recuperará a soberania nacional e a democracia', diz Lula

Milhares de pessoas foram ao Grajaú e a Itaquera, Zona Sul e Zona Leste, ver e apoiar Lula no último fim de semana em São Paulo

O ex-presidente Lula afirmou, na tarde do sábado (24), em um comício no Grajaú, na Zona Sul da capital paulista, que o voto do povo brasileiro no dia 2 de outubro "é para recuperar a soberania nacional e fazer uma revolução democrática".

Lula reforçou a importância de a população exercer o poder do voto, conquistado depois de uma longa batalha contra a ditadura militar. Ele prometeu uma revolução democrática caso vença as eleições. "Vou transformar o Ministério da Educação (MEC) no maior comprador de livros do mundo".

"A gente vai fazer uma revolução sem precisar comprar uma arma. A nossa revolução é comprando livros, melhorando a escola, facilitando com que as crianças tenham comida de qualidade na merenda escolar. Essa revolução vai ser a do respeito, porque eu digo todo dia: eu quero voltar a ser presidente para cuidar do povo brasileiro", disse.

Lula afirmou também que quer voltar a ser presidente para que as pessoas recuperem o prazer pela vida e de conviver em harmonia entre seus familiares, sem replicar discursos de ódio. "Todo mundo vai ter um bom emprego, um salário que rende. A gente vai cuidar das pessoas porque esse é o meu compromisso. Eu quero provar que em quatro anos nós vamos fazer muito mais. Recuperar o Brasil para o povo brasileiro", completou.

Participaram junto com Lula do comício o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), o ex-prefeito Fernando Haddad, e o ex-governador Márcio França, que disputa uma vaga no Senado. Lideranças como Guilherme Boulos e Marina Silva também marcaram presença no evento.

Mais tarde em Itaquera, na zona leste de São Paulo, outra multidão compareceu para ouvir os candidatos da Federação Brasil da Esperança e da coligação que reúne dez partidos políticos em torno de Lula. Ele disse esperar celebrar a vitória no primeiro turno, daqui a oito dias. "Faltam só oito dias, a semana que vem. O último ato meu vai ser esperar abrir as urnas e a gente comemorar a nossa vitória no dia 1º [dia 2]", afirmou.

No evento, o ex-presidente fez diversas críticas ao estrago que Bolsonaro fez no país e mandou diversos recados ao adversário, que patina nas pesquisas e, por isso participou de um debate esvaziado no SBT. Ele denunciou a manipulação que Bolsonaro, que é um vende-pátria, faz com os símbolos nacionais. "Bolsonaro diz que o partido dele é o Brasil. Mas a bandeira verde e amarela pertence à história do nosso país e do nosso povo", afirmou.

Lula rebateu os ataques de Bolsonaro e anunciou que vai acabar com os sigilos de 100 anos que o mandatário decretou para esconder a sua corrupção. "Todo dia ele fala: 'Eu não sou ladrão'. Ele vai ver se é ladrão ou não quando eu tomar posse e acabar com esse sigilo. Qualquer coisinha, ele faz um decreto de sigilo de 100 anos. Vou acabar no primeiro dia com isso, para [a gente] ver o que está escondido", disse.

"No Paraná, estão mandando informações mentirosas por mensagem para as pessoas. Como fizeram com o Haddad em 2018. Eu não vou fazer o jogo rasteiro deles", apontou ainda o ex-presidente, sobre o disparo de mensagens golpistas a partir do governo paranaense. "Faltam só oito dias, não vamos aceitar provocações, não vamos acreditar em mentira", completou Lula.

Ricardo Stuckert

Lula e Alckmin no comício de Itaquera, sábado (24): "vamos cuidar do povo brasileiro"

TSE proíbe uso do Palácio da Alvorada e do Planalto para "lives eleitoreiras"

O ministro Benedito Gonçalves, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atendeu a um pedido do PDT e proibiu, no sábado (24), o uso da estrutura do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto por Jair Bolsonaro para fazer campanha eleitoral. A decisão acaba com a farra das lives ilegais de cunho eleitoral feitas dentro dos palácios.

O PDT acusou o presidente e o candidato a vice de cometerem abuso de poder político pela realização do que classificam como "live para um viés eleitoral, com a finalidade política de atrair cidadãos e cidadãs interessados nos atos de gestão e depois fustigá-los com propaganda política", nas dependências privativas do palácio.

USO DO PALÁCIO

Segundo o partido, Bolsonaro "utilizou da transmissão oficial para pedir votos, de maneira explicita, para si e para 17 (dezessete) aliados políticos, chegando ao ápice de mostrar o 'santinho' de cada um deles".

"No caso em apreço, o Senhor Jair Messias Bolsonaro, valendo-se de sua condição funcional de Presidente da República utilizou-se de sua "live" tradicional das quintas-feiras, gravada nas dependências privativas do Palácio do Planalto, para pedir, explicitamente, votos em prol de candidaturas aliadas à sua", afirma o PDT, que também pediu ao TSE que o vídeo da live seja retirado imediatamente do ar.

Ainda segundo o partido, o uso do Planalto implica, "inexoravelmente, no uso da máquina pública em prol de diversas candidaturas em total acinte a paridade de armas".

Aliás, Jair Bolsonaro, desde que assumiu, já não governava o país e vivia passeando de moto para baixo e para cima. Agora, com a campanha, ele abandonou de vez as suas obrigações. Ele só usa a estrutura do governo para fazer a sua campanha eleitoral enquanto o país segue à deriva e abandonado. As lives eleitoreiras de dentro do palácio estão, a partir de agora, proibidas pelo TSE.

PRÉDIOS PÚBLICOS

O ministro Benedito Gonçalves, do TSE, decidiu também que a campanha de Bolsonaro não pode utilizar imagens feitas em imóveis públicos, o que também incluem o Planalto e a Alvorada. "Os elementos presentes nos autos são suficientes para concluir, em análise perfunctória, que o acesso a bens e serviços públicos, assegurado a Jair Messias Bolsonaro por força do cargo de Chefe de Governo, foi utilizado em proveito de sua campanha e de candidatos por ele apoiados", disse Gonçalves.

O ministro do TSE mandou também o YouTube, Instagram e Facebook retirarem do ar a live presidencial realizada na 4ª feira (21). Na transmissão, Bolsonaro disse que por causa da proximidade das eleições, fará transmissões todos os dias para promover candidaturas de deputados e senadores.

A legislação eleitoral proíbe que agentes e funcionários públicos usem os bens móveis e imóveis da União, Estados, Distrito Federal e municípios em benefício de candidatos, partidos ou coligações.

"Assim, faz-se necessário tanto determinar a remoção do material potencialmente irregular quando vedar que seja reiterada a conduta – especialmente em razão do anúncio de que as lives poderão ser veiculadas diariamente até a véspera do pleito", acrescentou a decisão do ministro Benedito Gonçalves. Segundo a lei, candidatos a reeleição aos cargos de presidente, governador, prefeito e seus respectivos postulantes a vice só podem usar as residências oficiais para atos não públicos.

Ipec: Lula avança para 48% e vence no primeiro turno. Bolsonaro fica com 31%

A pesquisa Ipec divulgada nesta segunda-feira (26), encomendada pela Globo, mostra que o ex-presidente Lula (PT) cresceu de 47% para 48% das intenções de voto e Jair Bolsonaro (PL) se manteve com 31%.

Intenção de voto estimulada

Lula (PT): 48% (47% na pesquisa anterior, de 19 de setembro)

Jair Bolsonaro (PL): 31% (31% na pesquisa anterior)

Ciro Gomes (PDT): 6% (7% na pesquisa anterior)

Simone Tebet (MDB): 5% (5% na pesquisa anterior)

Soraya Thronicke (União Brasil): 1% (1% na pesquisa anterior)

Felipe d'Avila (Novo): 1% (0% na pesquisa anterior)

Vera (PSTU): 0% (0% na pesquisa anterior)

Léo Péricles (UP): 0% (0% na pesquisa anterior)

Padre Kelmon (PTB): 0% (0% na pesquisa anterior)

Sofia Manzano (PCB): 0% (0% na pesquisa anterior)

Constituinte Eymael (DC): – (0% na pesquisa anterior)

Branco/nulo: 4% (5% na pesquisa anterior)

Computados apenas os votos válidos, Lula tem 52% das intenções de voto e vence no primeiro turno. Bolsonaro fica com 34%.

Brancos e nulos no primeiro turno somam 4%. Na última pesquisa divulgada na semana passada, esse grupo correspondia a 5% do eleitorado. Além disso, 4% dos entrevistados não souberam ou não quiseram responder.

SEGUNDO TURNO

Lula tem 54% de intenção de votos em um eventual segundo turno da eleição e Jair Bolsonaro tem 35%. Brancos e nulos somaram 8%, os 3% restantes ou não sabem em que votar nesse cenário ou não responderam.

O Ipec mostra que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem 47% de avaliações negativas (ruim ou péssimo) e 29% de avaliações positivas (ótimo ou bom). Os que consideram a gestão regular são 22%.

O levantamento mostrou ainda que 51% dos eleitores não votariam em Jair Bolsonaro (PL). O candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece com 35% de rejeição.

A pesquisa Ipec também aponta que 6 em cada 10 brasileiros (60%) reprovam a forma como o presidente governa. Os que aprovam são 36%. O restante, 5%, não soube avaliar. Não sabe/não respondeu: 4% (4% na pesquisa anterior).

A pesquisa ouviu 3.008 pessoas entre os dias 25 e 26 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

Reprodução

Deputado federal Orlando Silva: "Bolsonaro adora a morte"

"Bolsonaro tirou dinheiro do combate ao câncer para dar a aliados através do orçamento secreto", disse Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) comentou pelo Twitter a denúncia de que o governo cortou até 61% das verbas para compra de equipamentos a hospitais que tratam doentes com câncer.

"Bolsonaro adora a morte! O governo cortou 61% das verbas para compra de equipamentos a hospitais que tratam doentes com câncer para manter o orçamento secreto, segundo o Estadão. Vou repetir: Bolsonaro tirou dinheiro do combate ao câncer para dar a aliados", escreveu Orlando, candidato à reeleição, na rede social.

De acordo com o Estadão, o governo retirou até 61% do dinheiro para comprar equipamentos e reformar hospitais das redes de oncologia e maternidades para acomodar os R$ 19,4 bilhões reservados ao orçamento secreto, usado para acordos políticos com sua base aliada.

Na rubrica "estruturação de unidades de atenção especializada", verba para bancar a construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, o governo reservou para este ano R$ 520 milhões para todas as ações, que foram reforçadas por emendas e chegaram a R$ 1,9 bilhão. Contudo, em 2023, o governo reservou apenas R$ 202 milhões, somados todos os planos de aplicação, uma queda de R$ 318 milhões.

Com verba, o Ministério da Saúde repassa dinheiro a governos estaduais, prefeituras e entidades sem fins lucrativos para implementar, aparelhar e expandir os serviços de saúde hospitalares e ambulatoriais.

Além do mais, os recursos destinados a investimentos para prevenção e controle do câncer, historicamente a segunda doença que mais mata no país, foram reduzidos em 45%, passando de R$ 175 milhões para R$ 97 milhões, em 2023.

O governo já havia tesourado linearmente em 60% as verbas da saúde. A decisão atingiu, além das verbas para investimento, programas de atendimento direto, como o Farmácia Popular, que distribui medicamentos gratuitamente ou com desconto, e os atendimentos do programa Mais Médicos e Médicos pelo Brasil.

O programa Farmácia Popular, que fornece medicamentos para asma, hipertensão e diabetes, entre outros, assim como fraldas geriátricas, sofreu uma redução na verba de R$ 2,4 bilhões para R$ 1 bilhão, um corte de 59%. Mais Médicos e Médicos pelo Brasil perderão metade dos recursos: de R$ 2,96 bilhões para R$ 1,46 bilhão.

Governo quer anular R$ 16,2 bilhões em multas ambientais

Despacho do presidente do Ibama pode anular multas "Essa decisão é como um terremoto que desmonta todo processo fiscalizatório", criticam especialistas

Um despacho do presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Bim, pretende anular multas ambientais estimadas em R$ 16,2 bilhões, conforme o próprio órgão.

A portaria de estímulo aos crimes ambientais é de 21 de março e se refere às multas aplicadas entre 2008 e 2019 que utilizaram edital para avisar os infratores sobre a necessidade de apresentarem sua defesa no final do processo. A informação foi divulgada pelo Portal UOL, que teve acesso aos valores por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O Ibama informou, em atendimento à LAI que seus fiscais notificaram por edital 60% das 66 mil multas aplicadas no período. Os processos, que precisam ser anulados um a um pelos servidores, vão "presentear", desde desmatadores, incendiários a transportadores ilegais de madeira.

A reportagem informa que o valor não foi corrigido pela inflação porque o Ibama não indicou individualmente as multas expedidas em diferentes datas entre 2008 e 2019 sob o argumento de que "à época, as notificações por edital não eram registradas devidamente".

O número exato de multas anuladas não é conhecido. De acordo com o despacho do Ibama, a autuação ainda poderá ser levada adiante caso o processo não tenha ficado mais de três anos parado.

Do contrário, deverá ser anulado. O órgão alega não saber informar o número de ações que se enquadra nesse critério por "falta de dados consolidados".

Mas como já faz três anos que a lei proibindo o uso de edital mudou, os processos que não foram movimentados desde então acabarão anulados de qualquer forma.

A notificação por edital estabelecia que depois de passadas todas as etapas do processo, o Ibama informava o infrator ambiental que tinha um prazo de dez dias para apresentar sua defesa definitiva.

Um decreto de 2008 possibilitava ao Ibama fazer o aviso por edital. Desse modo, um documento era publicado no site do instituto e disponibilizado em sua sede administrativa. A partir de agora, esse aviso precisa ser feito pelo correio.

A maioria das notificações eram feitas por edital, informa Suely Araújo, especialista em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama.

"Isso nunca foi problema porque os autuados e seus advogados estavam acostumados com essa regra e acompanhavam as movimentações das diferentes etapas do processo sancionador", explica.

"Muitos advogados inclusive contratam serviços de acompanhamento processual", prossegue Araújo. "Essa decisão é como um terremoto que desmonta todo o processo fiscalizatório", compara. "Joga todo o trabalho dos fiscais no lixo e estimula novas infrações", avaliou a ex-presidente do Ibama.

Além de perder arrecadação, enfraquecer a fiscalização e estimular o crime, Suely acredita que o despacho também pode acarretar um desfalque aos cofres públicos. "Se os infratores convocados por edital chegaram a pagar a multa, eles podem entrar na Justiça ou mesmo administrativamente, no Ibama, e pedir o dinheiro de volta alegando que a modalidade de convocação por edital foi anulada", prevê.

BENEFICIADOS

O Banco Santander é um dos maiores beneficiados com a medida. Em 2016, a instituição foi autuada em R$ 47,5 milhões por financiar a produção de grãos em área de proteção ambiental na Amazônia. Em valores atualizados, a multa corresponde hoje a R$ 64 milhões, informa o Uol.

O Santander pagou para que milhares de toneladas de milho e soja fossem semeados em 572 hectares em regiões embargadas pela fiscalização exatamente em razão de plantações irregulares registradas anteriormente nas cidades de Porto dos Gaúchos, Feliz Natal e Gaúcha do Norte, em Mato Grosso.

O Santander alegou "que sempre atua em conformidade com todas as normas ambientais em suas operações" e que "o banco recorreu contra a autuação mencionada [...] por entender que foram cumpridos todos os requisitos vigentes à época da concessão do empréstimo."

Afirmou ainda que a instituição vem elevando "voluntariamente os padrões de avaliação de financiamentos para além dos requisitos legais".

Outro caso é o da Rumo Malha Norte, multada em R$ 25,5 milhões —R$ 43,8 milhões corrigidos. Em abril de 2103, 23 vagões de um de seus trens de carga descarrilaram, derramando gasolina e óleo diesel em um manancial. O combustível contaminou o lençol freático em Inocência (MS).

A companhia diz que "estava aguardando a decisão administrativa sobre o mérito de sua defesa quando tomou ciência da anulação da autuação".

BIM

Em julho, o presidente do Ibama já havia atuado para beneficiar criminosos ambientais, alterando normas. Bim estabeleceu que, para responsabilizar um infrator, agora os fiscais do Ibama terão de comprovar não apenas o dano ambiental, mas também o dolo, que significa a intenção de provocar queimadas ou desmatamento, por exemplo.

Com isso, tornou-se necessária uma investigação sobre a infração e outra sobre a culpa de quem a cometeu. Exigência inviável para os servidores do instituto, que trabalham com um quadro reduzido.

Segundo levantamento do Centro de Sensoriamento Remoto e do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), o Ibama tem um déficit estimado em 2.311 servidores.

O governo de Jair Bolsonaro também modificou a Lei de Crimes Ambientais ao criar uma etapa de conciliação, anterior ao julgamento. Além de proporcionar um desconto de 60% da multa, o decreto suspende seus efeitos "até a realização da audiência de conciliação".

Com isso, passados mais de dois anos, apenas 252 casos foram concluídos, o que representa menos de 2% dos autos infracionais emitidos em 2019 e 2020, segundo a pesquisa da UFMG. "A quase totalidade de autos continua suspensa".

Carioca Tarcísio não sabe dizer onde vota em SP e vira meme

O candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), esqueceu onde votará na eleição. Um dos principais argumentos dos adversários contra Tarcísio é o fato de ele ser carioca e não possuir nem mesmo residência em São Paulo.

Em entrevista à TV Vanguarda, emissora afiada da Globo no Vale do Paraíba, Tarcísio afirmou que estabelecer domicílio eleitoral em São Paulo seria "o mais lógico". O domicílio eleitoral do candidato é São José dos Campos, que fica na região.

"Tenho vínculo afetivo, frequentei muito durante um período da minha vida. E o local mais lógico para estabelecer domicílio eleitoral", disse.

Em seguida, Tarcísio foi questionado sobre o local de votação. O bolsonarista gaguejou e se limitou a responder. "É um colégio".

A apresentadora perguntou em qual bairro era a escola, mas

o candidato afirmou que "fugiu à cabeça".

Após o deslize, o bolsonarista virou alvo de piada nas redes sociais, inclusive dos candidatos ao governo paulista, Rodrigo Garcia (PSDB), Fernando Haddad (PT) e Elvis Cezar (PDT).

Governo pretende beneficiar os desmatadores, grileiros e incendiários

Representantes do setor cultural declaram apoio às candidaturas de Orlando e Leci Brandão em SP

Representantes da cultura destacaram os mandatos de Orlando e Leci

Representantes do setor cultural, artistas e mobilizadores realizaram na noite desta quarta-feira (21) um ato em apoio às candidaturas do deputado federal Orlando Silva e da deputada estadual Leci Brandão, do PCdoB.

A plenária da "Dobrada da Cultura" lotou o Cine-Teatro Denoy de Oliveira, no Bixiga, e apresentou aos candidatos reivindicações do setor que foi um dos mais impactados pela pandemia. O evento contou com representantes das mais diversas expressões artísticas: música, cinema, teatro, literatura e dança.

Ao longo de todo o encontro os representantes do setor cultural paulista destacaram a importância dos mandatos de Orlando e Leci para a formação de uma política cultural no Estado de São Paulo.

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), Lucca Gidra, destacou que a eleição de Orlando e Leci será fundamental para a reconstrução do setor cultural que foi devastado pelo governo Bolsonaro.

"Esse evento de hoje é um evento muito especial, pois reúne grandes figuras das artes, da música popular, da cultura brasileira, dos blocos de samba, do teatro, das mais variadas formas de cultura e arte que temos no país. Com isso, é muito importante para nós alavancarmos a luta e conseguir eleger uma bancada que vai defender a cultura tanto lá na ALESP, quanto no Congresso Nacional no próximo período", disse Lucca.

"Nesses próximos quatro anos, é muito importante estarmos reunidos aqui e eleger Orlando e Leci, que foram dois deputados muito comprometidos com a causa da cultura. Eles são grandes parceiros nossos, e é uma honra poder sediar esse evento aqui no Cine-Teatro Denoy de Oliveira", ressaltou.

"Agora estamos na reta final dessas eleições, se a gente ficar mais quatro anos neste governo Bolsonaro, o país vai colapsar", completou.

O vice-presidente da Unegro, Edson França, destacou a combatividade dos mandatos de Orlando e Leci e a importância para o movimento negro brasileiro.

"Hoje é com alegria e satisfação que falo que esse debate é extremamente importante para São Paulo e extremamente importante pro Brasil. Quando o governo Lula estava em um processo inicial de implantação da política de igualdade racial, Leci foi fundamental nesta questão, por fazer parte deste programa como a conselheira nacional e durante a participação dela, sempre existiu uma preocupação e atenção à questão da cultura, de como ela ajuda a promover a igualdade, a educação e muitas outras questões. Ela foi fundamental nisso", disse.

O poeta Alessandro Buzo, um dos principais nomes da literatura marginal em São Paulo, relembrou com orgulho o vínculo criado com Orlando e Leci nos últimos anos. Segundo ele, um dos principais shows promovidos na periferia da zona leste de São Paulo contou com a participação de Leci Brandão.

"Um dos dias mais felizes da minha vida foi quando eu levei um show da Leci Brandão no meio da favela de graça", relembrou.

O maestro Marcus Vinícius, diretor da Associação dos Músicos, Arranjadores e Regentes (Amar-Sombrás), destacou a necessidade do investimento na Cultura chegar nos produtores e não se perder na mão de empresários. Marcus destacou que será necessário reconstruir a política cultural do Brasil.

"Neste momento não vale a pena reconstruir a página econômica da cultura. Tem muita coisa pra refazer a gente chegar nesse novo momento que está aí e é preciso dizer que estamos aqui presentes com um projeto cultural, que é um projeto antes de tudo alicerçado com sentimento e que vai desenvolver um projeto de desenvolvimento", destacou.

Ao agradecerem os apoios, Orlando e Leci destacaram a trajetória de luta em defesa do país e da cultura nacional.

Orlando Silva relembrou que uma das primeiras medidas defendidas pelos "ideólogos do lado de lá" era a de "destruir muitos pilares que foram estruturados, que na verdade são pilares da civilização".

"O debate que nós fazemos é esse: civilização contra a barbárie"

"Eu quero pedir o voto de cada um, de cada uma de vocês, e saiba que eu vou lutar e honrar a confiança sempre na defesa do Brasil, no interesse nacional, na defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores, mas também da ciência, da cultura brasileira. Dobrada da luta, dobrada da revolução, dobrada que vai derrubar Bolsonaro e eleger Lula e Haddad governador".

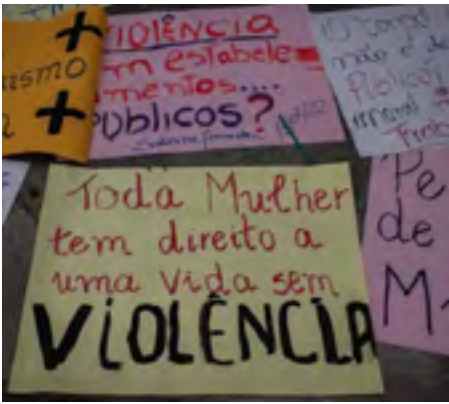
A CULTURA TRANSFORMA

A deputada Leci Brandão abriu sua fala relembrando as suas músicas de luta em defesa das mulheres, dos trabalhadores, da população LGBT e dos mais atingidos. Leci destacou que foi no Estado de São Paulo que ela pode retomar a sua carreira musical e que tem muita gratidão por isso.

Leci ressaltou que o país vive um momento ímpar e pediu para que todos "arregacem as mangas" para derrotar o governo Bolsonaro.

"A hora é essa. É hora de tirar o Brasil da UTI. É hora de tirar o Brasil do coma. E só quem pode fazer isso são vocês. Porque o Lula precisa vencer, mas ele precisa ter apoio, apoio no Congresso, nas Assembleias Legislativas e também dos governos".

"Vamos pensar que estamos num país abençoado e que eles estão acabando. Ele é um destruidor, é uma pessoa do mal, uma pessoa que não quer o bem do Brasil e principalmente não gosta de pobre, não gosta de trabalhador, não gosta de estudante, detesta o povo da saúde e não quer que haja democracia".

"Por favor, vamos arregaçar as mangas, porque todos juntos, somos mais fortes sempre", completou.

"Descaso com a vida das mulheres"

Lideranças femininas repudiam corte de 90% na verba de combate à violência contra a mulher

A jurista Marina Rizzi, que faz parte do Defemde – rede de feministas juristas – disse em entrevista ao HP que o corte das verbas dos programas de combate à violência contra a mulher afetam diretamente a qualidade dos serviços.

"Impacta diretamente nos equipamentos públicos da rede de enfrentamento de violência contra a mulher". Atinge também os profissionais que atuam nas redes de proteção à mulher e ao conjunto da sociedade", diz a advogada.

Segundo Rizzi, a decisão também compromete o processo de conscientização que "envolve a mudança de uma cultura da violência contra a mulher". "Isso é extremamente grave", afirma.

Ela aponta que a medida compromete a divulgação de campanhas de conscientização e esclarecimentos que a sociedade precisa ter acesso.

O governo de Jair Bolsonaro cortou 90% dos recursos destinados às políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e, com isso, programas poderão deixar de funcionar.

As verbas destinadas ao Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos destinadas ao enfrentamento da violência feminina caíram de R$ 100,7 milhões, em 2020 para R$ 30,6 milhões no ano passado.

Neste ano, restam apenas R$ 9,1 milhões, de acordo com dados da pasta. Para 2023, o governo enviou ao Congresso uma proposta de Orçamento em torno de R$ 17 milhões.

O número é insuficiente e confirma a tendência de perda pelo Ministério da Mulher. Na comparação com 2020, há uma queda acentuada de 83%.

"Cortar quase todo o orçamento dos programas de combate à violência à mulher é um descaso absoluto com a nossa vida e segurança. Já está ruim o suficiente, mas este governo se esforça para piorar", diz a Hora do Povo a líder comunitária Keila Pereira.

"Estados e municípios do país inteiro vão sofrer com este orçamento, que afeta a Casa da Mulher Brasileira e Centros de Atendimento à Mulher, programas essenciais de saúde e assistência às vítimas de violência", avalia Keila.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES AUMENTOU

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os casos de violência doméstica vêm aumentando nos anos recentes: mais de 12% em 2021.

"Onde moro, Parelheiros, não existe delegacia de defesa da mulher, mesmo com um índice altíssimo de feminicídio – o quinto maior da capital paulista", diz Keila. Parelheiros é um bairro do extremo sul da capital paulista.

"A minha percepção é que estes casos estão aumentando, e as pessoas também têm chegado mais ao sistema de Justiça, analisa a juíza Teresa Cabral, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp).

"Chama a atenção muitas vezes pela crueldade, pela gravidade, pela falta de conhecimento do que fazer, prossegue a magistrada". "É impressionante como as pessoas desconhecem os caminhos possíveis quando se está em situação de violência", analisa.

"É absolutamente inadmissível que se corte 90% dos recursos para os programas de combate à violência contra as mulheres em qualquer momento", disse a Hora do Povo Karina Sampaio, diretora da Confederação das Mulheres Paulistas (CMB).

Porém, "é ainda mais grave fazer isso agora, momento em que a crise econômica, carestia e desemprego promovidos pelo governo Bolsonaro jogam as famílias brasileiras para sua desagregação", continua Karina.

"Ou seja, cenário extremamente fértil para conflitos de toda ordem, e nem precisa dizer quem mais sofre com isso nos lares brasileiros porque os números falam por si mesmos. E são assustadores!", afirma a representante da CMB.

Além da falta de orientações sobre os meios e serviços para buscar proteção e escapar da violência, muitas vezes as vítimas não têm acesso a instituições e órgãos de proteção e de defesa dos seus direitos e da sua integridade.

Para Marina Rizzi, a decisão do governo é ainda mais grave, "levando em consideração que na pandemia a gente teve um aumento significativo dos casos de violência contra a mulher".

Nesse cenário, "esses dados assumem outras dimensões ainda mais perversas, porque deixam as mulheres ainda mais vulneráveis quando o Estado deveria [...] prevenir e erradicar a violência contra a mulher", comenta.

JOSI SOUSA

NCST

Trabalhadores sofreram com perdas salariais em 49% dos acordos fechados em agosto

Levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado nesta quarta-feira (21), mostra que 49% acordos salariais fechados em agosto tiveram reajustes abaixo da inflação, caracterizando perdas reais aos trabalhadores. No conjunto das negociações, 23,5% conseguiram repor as perdas inflacionárias e apenas 27,5% conquistaram aumento real.

De acordo com o documento, em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), chegou a 8,83% após 12 meses acima de 10%.

No acumulado do ano, 43,2% dos trabalhadores tiveram perdas reais em seus salários. No setor de serviços, mais da metade dos reajustes (51,6%) ficou abaixo da inflação em 2022 e, nos setores de comércio e indústria, 31,1% e 33,7% dos reajustes ficaram abaixo da inflação, respectivamente.

O setor que teve o maior percentual de reposição inflacionária foi o comércio que, no ano, conseguiu a reposição da inflação em 52% dos acordos e apenas 16,9% com ganhos reais. A indústria, por sua vez, foi o setor com o maior percentual de reajustes acima da inflação, com 26,2% dos acordos representando aumento real, enquanto outros 40,1% conseguiram a reposição igual a inflação.

Os dados foram calculados pelo Dieese com base nas informações do Ministério do Trabalho e Previdência até 2 de setembro.

Enfermeiros fazem atos e greve por 24 horas em defesa do piso salarial

Profissionais da Saúde foram às ruas em diversas partes do país no último dia 21

Lyvia Prais/SindSaúde

Manifestações tomaram as ruas de BH (acima) e Brasília, nas fotos abaixo

Coren-DF

Brenda Ortiz-G1

Os profissionais da enfermagem se mobilizam nesta quarta-feira (21), em todo o país, em defesa do piso salarial da categoria aprovado pelo Congresso e suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em diversas capitais acontecem paralisações, atos e protestos, convocados pelo Fórum Nacional da Enfermagem e sindicatos. Em Brasília, logo pela manhã, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem se reuniram em frente ao Museu Nacional da República e seguiram em passeata até a Esplanada dos Ministérios, a Praça dos Três Poderes e o STF, sem, no entanto, aproximação com o prédio da Corte. Após negociação dos organizadores com a Polícia Militar, que tentou impedir a passagem dos manifestantes, o ato aconteceu em frente à sede do STF.

A greve de 24 horas, em Brasília, após entendimento com a Secretaria de Saúde do DF, manteve 30% das atividades funcionando.

O piso da enfermagem, uma reivindicação e luta histórica da categoria, foi aprovado pelo Congresso Nacional em julho, mas, após uma ação de entidade representante da medicina privada, que questionou os impactos financeiros da medida, o STF suspendeu os efeitos da lei até que o Congresso apresente propostas que garantam o custeio do piso.

Essas alternativas já estão em discussão no Senado, inclusive com senadores que defendem destinar o recurso do chamado orçamento secreto ao pagamento dos profissionais da enfermagem.

Conforme se pronunciou a Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), "o piso de R$ 4.750,00 para enfermeiras/os, R$ 3.325,00 para técnicos de enfermagem e R$ 2.375,00 para auxiliares de enfermagem e parteiras é o mínimo para que trabalhadores de saúde possam prestar cuidados em saúde seguros, com dignidade e competência profissional".

Para a Aben, a suspensão do piso "representa desvalorização e desrespeito à categoria da enfermagem que é uma base importante de sustentação do sistema de saúde brasileiro".

Em Belo Horizonte e vários municípios mineiros, profissionais da enfermagem fazem paralisação e também protestaram pela manhã, liderados por sindicatos locais e pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (Coren-MG).

O principal protesto teve início na Praça 7, na capital, com os manifestantes seguindo pela Av. Afonso Pena com cartazes e faixas e entoando: "Preste atenção, não se iluda. Sem enfermagem não tem saúde".

Pela manhã, também ocorreram protestos no Recife e em várias cidades pernambucanas. Na capital, os manifestantes seguiram pela Av. Agamenon Magalhães com cartazes e faixas em defesa do piso salarial da enfermagem, reivindicação de melhores condições de trabalho e ressaltando o papel e a importância da atuação da categoria durante a pandemia.

Em Goiânia, os trabalhadores da saúde começaram a se reunir às 7 horas, em frente ao Hospital de Urgências Governador Otávio Lage (Hugol). Portando cartazes e faixas com dizeres como "Do luto à luta", os enfermeiros pedem o fim da suspensão e que o novo piso seja pago o mais rápido possível.

Segundo a presidente do Sindicato dos Enfermeiros de Goiás (Sieg), Roberta Rios, "o movimento tem adesão de profissionais das redes pública e privada no Estado".

"A enfermagem carrega o serviço de saúde. Não existe saúde sem enfermagem", disse Roberta Rios. Às 17h, um novo protesto acontece em frente ao Hospital Estadual de Urgências de Goiás (Hugo).

Em Salvador, os enfermeiros se concentraram em frente ao Farol da Barra. Durante a manifestação, os profissionais pediram "um olhar mais humano em relação ao piso salarial da categoria".

Conforme ocorre em todo o Brasil, seguindo a orientação das organizações sindicais em acordo com as secretarias de Saúde, a paralisação mantém 30% do trabalho regular funcionando.

Na capital paranaense, Curitiba, as ruas também foram palco de manifestações dos enfermeiros e técnicos de enfermagem, que se mobilizam durante todo o dia em protestos em frente a pelo menos 10 hospitais, segundo a presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba (SINDESC), Isabel Cristina Gonçalves.

No Piauí, os protestos começaram pela manhã, na capital Teresina, e se estendem ao longo do dia em 18 municípios.

"Lutamos pelo fim dessa novela, que vem desde a suspensão do nosso piso sob a alegação da falta de recursos. Informaram que seria a emenda de relator, também chamada de orçamento secreto. Quando querem, aparece [o dinheiro], agora ficamos à mercê de emendas destinadas por parlamentares de maneira indireta. Entendemos que a conta não bate porque o dinheiro tem, mas falta vincular", afirmou o presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Estado do Piauí (Senatepi), Erick Riccely, durante o ato na entrada do Hospital Getúlio Vargas, na rua 1º de Maio, no Centro de Teresina.

Protestos e manifestações ainda ocorrem na tarde desta quarta-feira em várias localidades do país, como no Rio de Janeiro, onde ato e assembleia da categoria acontecem a partir das 15h, em frente ao Hospital Badim.

Senadores apresentam PEC que destina R$ 10 bi do orçamento secreto para o piso da enfermagem

O líder da minoria no Senado, Senador Jean Paul Prates (PT-RN), apresentou, na sexta-feira (23), uma proposta para viabilizar o piso salarial da enfermagem com os recursos do chamado "orçamento secreto".

A proposição foi possível após o senador conseguir reunir as 27 assinaturas, ou seja, um terço dos senadores, necessárias para a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição. A proposta partiu da bancada do PT do Senado, e teve apoio de parlamentares de diversos partidos.

A PEC 22/2022 realoca recursos de cerca de R$ 10 bilhões das emendas de relator destinadas à área da saúde, mas que não têm destinação específica, para custear o piso salarial da enfermagem de servidores municipais e estaduais, a partir de 2023, além de custear serviços prestados indiretamente por instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos.

"A PEC não tem impacto fiscal, tratando apenas de direcionamento de recursos no orçamento para a implementação do piso. Defendemos que esses recursos serão empregados de forma mais eficiente, eficaz e justa se forem concentrados na valorização dos profissionais da Saúde, que é uma demanda que todos concordam", afirmou o senador.

Conforme Jean Paul Prates, a proposta vai tornar mais transparentes os repasses das emendas de relator, já que hoje apenas um parlamentar decide para quem transferir o dinheiro público.

O piso salarial da enfermagem foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado em agosto. Atendendo a uma ação da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), que questionou a implementação do piso sem que houvesse previsão de origem de custeio, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a lei até que propostas nesse sentido fossem apresentadas. Desde então, o Senado estuda alternativas para apresentar ao STF.

Além da apresentação do PEC elaborada pela bancada do PT, outras medidas serão avaliadas pelos senadores, como a PLP que autoriza estados e municípios a remanejarem recursos parados em fundos de saúde, de autoria do senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), repasses direto da União para hospitais filantrópicos e santas casas, entre outras.

Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a votação de todos os projetos que possam viabilizar o piso salarial da enfermagem terá prioridade na Casa.

Plenário do STF decide que Estado deverá garantir vaga em creche e pré-escola

O plenário do STF decidiu que o direito à creche e pré-escola a crianças de 0 a 5 anos deve ser assegurado pelo Estado e, portanto, que os municípios não podem alegar indisponibilidade de vagas para negar a matrícula.

A decisão, histórica, tira a creche e a pré-escola do lugar apenas de cuidado da criança enquanto os pais trabalham e, embora não sendo etapa obrigatória, as inclui como parte importante da educação infantil e para o desenvolvimento da criança na primeira infância.

Durante a votação, os ministros também rejeitaram a tese inicial do relator, ministro Luiz Fux, de que a família teria que comprovar que não poderia pagar por uma creche na rede particular. O ministro, então, retirou a tese.

"O poder público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica", e, portanto, vagas em creches e pré-escolas podem ser exigidas individualmente por meio de ações na Justiça, decidiram os ministros.

O julgamento analisou um recurso do município de Criciúma (SC), que, em 2008, negou vaga em creche para uma criança e, ao ser acionado pelo Ministério Público de Santa Catarina, alegou que o Judiciário não poderia interferir nas atribuições do Executivo, e que só poderia oferecer as matrículas de acordo com seus recursos orçamentários. Agora, com o entendimento, o recurso tem repercussão geral, ou seja, a decisão do STF deverá ser seguida pelas demais instâncias do Judiciário do país – deixa de ser um caso isolado e passa a ter repercussão geral em outros casos semelhantes.

"Não é permitido ao Poder Público permanecer inerte e nem reduzir a proteção do direito fundamental", afirmou a presidente do STF, ministra Rosa Weber.

O Plano Nacional de Educação tem como meta que, até 2024, metade das crianças entre 0 a 5 anos estejam inseridas na educação infantil, mas a meta esbarra na alegação dos municípios de que não têm verbas para colocar em prática as ações. A realidade é que, entre as famílias mais pobres, apenas uma em cada 4 crianças de até 3 anos estão matriculadas em creches, sendo o resultado da votação do STF o primeiro e importantíssimo passo para mudar essa realidade.

HP CHARGE DO ÉTON

Onde é que fica Sapopemba?

ÉTON

Guedes se irrita com pergunta sobre piso e abandona entrevista: 'Sou contra'

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse em entrevista ao jornalista Luís Lacombe, da Rede TV, que é contra o piso da enfermagem. Irritado após o jornalista perguntar se ele era a favor ou contra o piso salarial dos profissionais da saúde, o ministro, que respondeu ser contrário, abandonou a entrevista e pediu que a gravação não fosse ao ar, certamente temendo a repercussão negativa para Bolsonaro a dez dias das eleições.

Ao ser perguntado, Guedes retrucou: "Você quer uma resposta como técnico ou ministro". Ao que o jornalista disse, "os dois".

Ele então respondeu que "como técnico, o hospital quebra. Não vai ter dinheiro pra pagar. E, como ministro, sou contra".

Ele também teria dito, após pedir que a resposta fosse apagada, que se a entrevista fosse na Globo ele estava "fodido".

A entrevista, que já estava sendo anunciada pela Rede TV, foi suspensa.

A lei que estabeleceu o piso salarial dos profissionais de enfermagem foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas, após ação de entidades ligadas aos planos de saúde e setores da saúde privada, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) até que sejam indicadas as fontes de recursos para financiar o piso.

O piso salarial é uma reivindicação histórica da categoria, que está mobilizada em todo o país, promovendo protestos e paralisações para pressionar contra a suspensão e pela efetivação da lei.

Fala de Biden sobre "fim da Covid-19" é contestada pelo principal especialista do país

Os números do abandono da saúde pública nos Estados Unidos falam por si: mais de um milhão e 48 mil mortes por Covid-19, apenas 67% da população recebeu uma única dose da vacina e somente 50% duas doses. O resultado é macabro: são 400 mortos pela enfermidade todos os dias.

E é precisamente nesta terça-feira (20), em pleno outono e às vésperas do rigoroso inverno norte-americano – momento em que a doença encontra todas as possibilidades de se reproduzir – que o presidente Joe Biden decidiu anunciar de forma propagandística em rede nacional o "fim da pandemia".

Infelizmente, esta não é a realidade, contestou o principal especialista em doenças infecciosas dos Estados Unidos, Anthony Fauci, para quem a pandemia está longe de ser encerrada – uma vez que só "metade da população recebeu duas doses" – e, principalmente, frente à necessidade de manejar corretamente as futuras variantes do vírus.

"Como respondemos e como estamos preparados para a evolução dessas variantes depende de nós. E isso nos leva ao outro aspecto controverso disso: a falta de uma aceitação uniforme das intervenções disponíveis", declarou Fauci, assessor do presidente para o controle da emergência sanitária, cuja opinião foi desconsiderada.

Com todas as letras Biden disse no programa "60 Minutos", transmitido no último domingo (18), que o país parece estar em "boa forma" e que "ainda temos um problema com o Covid-19, estamos trabalhando duro para isso; mas a pandemia acabou". "Se você notar, ninguém está usando máscaras. Todos parecem estar em muito boa forma. E é por isso que acho que está mudando", acrescentou o presidente, ignorando completamente a sua responsabilidade diante da nação.

Conforme os Centros de Controle e Prevenção de Doenças, apenas no último domingo os Estados Unidos diagnosticaram cerca de 14.000 novos casos.

MANIFESTANTES ALERTAM

A declaração do presidente doeu como uma bofetada nas pessoas que sofrem de sintomas de longo prazo do coronavírus, fazendo com que, apesar dos pesares, um grupo delas tenha ido até o lado de fora da Casa Branca na segunda-feira (19) a fim de exigir um mínimo de atenção.

De acordo com a organização sem fins lucrativos MEAction Network, que promoveu o protesto, vários manifestantes sofrem de encefalomielite miálgica, ou síndrome da fadiga crônica (ME/CFS), e deitaram-se na calçada segurando cartazes para serem levados em consideração.

"Estamos doentes e incapacitados com ME/CFS e Long Covid, mas estamos aqui hoje, colocando nossos corpos na linha, para dizer ao presidente Biden que a pandemia não acabou, que milhões de nós estão sendo incapacitados por doenças pós-virais. e precisamos de ação urgente de nosso governo", disse o manifestante e diretor de defesa da MEAction, Ben HsuBorger.

O termo Long Covid é utilizado para descrever pacientes que ainda sofrem de sintomas semelhantes a vírus que podem durar semanas ou meses após a infecção inicial. ME/CFS é uma doença crônica que pode ser contraída após um diagnóstico de Covid-19.

Levantamentos da MEAction apontam que os sintomas de ME/CFS deixam 75% das pessoas com a doença incapazes de trabalhar e 25% acamadas.

MENTIRA IRRESPONSÁVEL

Especialistas em saúde chineses – país que melhor enfrentou e superou as mazelas da doença – alertam que a pandemia nos EUA não está nem perto do fim e que o governo Biden deve tomar precauções para o possível aumento de casos nesta estação, em vez de afrouxar as restrições.

O professor assistente de saúde pública da Universidade de Yale, Chen Xi, reiterou que a pandemia nos Estados Unidos não acabou, pois além de uma média de 400 pessoas morrerem de Covid todos os dias, cerca de 30.000 pacientes estão internados atualmente com a doença no país.

Chen avalia que há muitas pessoas com doenças subjacentes, como deficiência imunológica, câncer, e idosos que não obtiveram proteção adequada das vacinas, e declarar que a pandemia acabou colocaria essas populações em risco.

Em um momento em que o financiamento de saúde dos EUA não é suficiente para lidar com ameaças subsequentes, incluindo testes para novas variantes e injeções de reforço, as declarações de Biden podem inviabilizar que o governo obtenha mais recursos do Congresso para o combate à enfermidade, ressaltou Chen.

A CNN divulgou que a Casa Branca pressionou por US$ 22,5 bilhões por ajuda adicional para o combate à Covid, mas alguns republicanos disseram que os comentários de Biden "essencialmente fecham a porta para as poucas chances de mais dinheiro ser aprovado". Para a emissora, o presidente vê o fim da pandemia como uma chave para a solução das mazelas de seu governo e, pelo menos parcialmente, responsabiliza os resultados da Covid pela forma como os eleitores o percebem.

Cientistas disseram que as observações extremamente irresponsáveis de Biden podem levar a um aumento nos casos e mortes nos EUA nos próximos meses, quando a Covid se entrelaça com a gripe.

O pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Lü Xiang, aponta que, como presidente fraco, a declaração de Biden tinha motivos políticos aparentes, enquanto tentava mostrar a conquista do governo e elevar o moral do Partido Democrata. antes das eleições intercalares. Assim, em vez de tomar decisões com base em avaliações científicas dos departamentos de saúde, Biden anuncia o fim da pandemia sem pestanejar, algo absolutamente não científico e extremamente irresponsável, condena Lü.

China na ONU: "EUA não tem o direito de interferir em Taiwan"

Xinhua

Ministro do Exterior da China, Wang Yi, na 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O ministro do Exterior, Wang Yi, advertiu quanto à atividade de Washington que busca estimular o separatismo e solapar o princípio de "Uma Só China"

"Vamos combater resolutamente as atividades separatistas, opondo-nos à interferência estrangeira. A questão de Taiwan é um assunto interno chinês, e os Estados Unidos não têm o direito de interferir no método que será usado para resolvê-lo", afirmou o ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, em seu pronunciamento à 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

INTEGRIDADE

Wang Yi, advertiu a comunidade internacional quanto à atividade de Washington que busca estimular o separatismo e tenta solapar o princípio de "Uma Só China".

"Qualquer obstrução à reunificação será esmagada pela vontade da história", prosseguiu Wang Yi.

Ao defender a política de "uma só China" perante a comunidade internacional, advertiu que seu país não hesitará em tomar medidas mais severas no sentido de que ninguém, principalmente os Estados Unidos, exerçam ações nas questões da ilha de Taiwan, acrescentando que isso levaria a "graves consequências".

O diplomata chinês proferiu a defesa da integridade e soberania chinesas no momento em que o Congresso dos EUA discute uma iniciativa para fornecer ajuda militar a Taipei.

Um dia antes, em encontro com seu colega norte-americano, Antony Blinken, o ministro já havia expressado o desacordo de Pequim com as recentes ações de Washington em torno de Taiwan.

SOBERANIA

Wang Yi concluiu sua participação expressando que, para alcançar e manter a paz, é necessário defender a igualdade e rejeitar as provocações. "O respeito mútuo entre países, grandes ou pequenos, faz parte do mandato da Carta da ONU", destacou.

O ministro de Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, reforçou, no sábado (24), que os Estados Unidos estão "brincando com fogo" em relação à autonomia de Taiwan.

Cuba denuncia na ONU: "O bloqueio dos Estados Unidos é um ato de guerra"

O chanceler cubano Bruno Rodríguez condenou na Assembleia das Nações Unidas as medidas desumanas do governo Biden, que têm reforçado as já abusivas medidas de Trump contra Cuba

"O governo dos Estados Unidos está reforçando a pressão sobre governos, instituições bancárias e empresas de todo o mundo interessadas em se relacionar com Cuba e está buscando todas as fontes de receita em moeda estrangeira no país para causar o seu colapso. O bloqueio é um ato de guerra econômica", denunciou o chanceler cubano Bruno Rodríguez, durante discurso na 77ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

ONU

Rodriguez: "Bloqueio viola Carta das Nações Unidas"

Conforme o chanceler, a gravidade do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos (EUA) à ilha tem por objetivo prejudicar o bem-estar de cada um dos seus mais de 11 milhões de habitantes, e que "persiste o esforço para gerar penúrias materiais, sofrimentos, semear desânimo, insatisfação e causar danos ao povo cubano".

Mas, apesar disso, declarou Bruno Rodríguez, "Cuba continuará levantando sua voz para rejeitar a dominação e o hegemonismo, as medidas coercitivas unilaterais, os bloqueios genocidas e a pretensão de impor ao mundo uma cultura e um modelo únicos". "Jamais desistiremos da defesa da independência, soberania e autodeterminação dos povos, sem ingerência ou intervenção estrangeira", acrescentou.

O ministro das Relações Exteriores cubano apontou ainda que "o atual governo dos Estados Unidos mantém em vigor as medidas de pressão mais agressivas contra nosso país adotadas pela administração do presidente Donald Trump", que havia apertado o bloqueio com mais de 240 ações para subverter a ordem interna, criar uma situação de ingovernabilidade e tentar derrubar a Revolução.

Para Bruno Rodríguez, a inclusão e manutenção de Cuba na lista de países patrocinadores do terrorismo de Estado representa um completo disparate, pois é precisamente o país que foi vítima de tão odioso crime, por isso "não promove e nunca promoverá o terrorismo, pelo contrário, nós o condenamos em todas as suas formas e manifestações".

O chanceler também alertou para a campanha de propaganda por parte dos EUA, com a manipulação da opinião pública e da comunidade internacional, que se utiliza abertamente de temas "altamente sensíveis como terrorismo, religião, democracia, justiça, corrupção e direitos humanos".

"Alertamos claramente ao governo dos EUA que os fatores que incentivam a migração irregular e causam perda de vidas devem ser resolvidos, como o descumprimento, desde 2017, da obrigação de conceder 20.000 vistos anuais aos cubanos, a existência da lei de ajuste cubana, as pressões restritivas sobre os países de trânsito regular e o reforço do bloqueio econômico", acrescentou.

"O anúncio de hoje de que o processamento de vistos de migrantes retornará à Embaixada dos EUA em Havana é um passo positivo. Cuba reitera sua disposição de avançar para um melhor entendimento com o Governo dos Estados Unidos e de desenvolver relações civilizadas e até cooperativas entre os dois países, baseadas no respeito mútuo, na igualdade soberana e sem comprometer nossa independência e soberania, apesar das profundas diferenças", prosseguiu o chanceler.

SOCIEDADE SOCIALISTA

"Apesar dos enormes desafios, o povo e o governo cubanos não desistiram de seus esforços para avançar na construção de uma sociedade socialista mais justa, próspera, democrática e sustentável", assinalou Bruno Rodríguez, destacando a marca de superação de homens e mulheres que têm apontado caminhos para o continente e a humanidade.

Rodríguez reiterou que Cuba continua trabalhando para melhorar a vida econômica e social do país, transformando e melhorando suas comunidades com a sustentação e expansão de seus programas sociais, mas sempre solidários ao mundo, a quem mais necessita.

Entre outros exemplos, citou, "derrotamos a Covid com recursos e vacinas próprios e com a força do nosso sistema de saúde pública e ciência". "Conseguimos colaborar enviando 58 brigadas médicas a 42 países e territórios", comemorou, ao mesmo tempo que refletiu sobre o impacto da pandemia, que mostrou mais do que nunca quão injusta e insustentável é a ordem global vigente.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Inflação gerada por sanções leva servidores às ruas de Madri exigindo aumento salarial

Dezenas de milhares de trabalhadores do setor público tomaram as ruas de Madri no sábado (24) para reivindicar um "aumento imediato e urgente dos salários", a fim de fazer frente à espiral inflacionária que corrói seu poder aquisitivo, penalizando as famílias. Exibindo um grande cartaz do premiê Pedro Sánchez, do Partido "Socialista Operário" Espanhol (PSOE) com nariz de Pinóquio, os servidores condenaram a "mentira" e a "traição" do governo em sua política de arrocho.

A Central Sindical Independente e de Funcionários (CSIF) declarou que a mobilização expressou um claro posicionamento por "um aumento salarial justo, contra o empobrecimento social e a deterioração dos serviços públicos".

De acordo com os manifestantes, há uma paralisia governamental – que se alinha à política de cerco e bloqueio à Rússia adotada pelos EUA e pela União Europeia após o início do conflito na Ucrânia – enquanto

EFE/JJ Guillen

Servidores protestam contra arrocho do premiê Sánchez

a inflação já alcança os 10,5% no ano e os preços dos hidrocarbonetos e da eletricidade disparam, puxando para cima todo custo da cesta básica e da vida em geral.

Contrastando com as declarações do governo que tenta amenizar a gravidade da situação falando de uma suposta inflação "passageira", os trabalhadores reivindicam medidas emergenciais. O fato é que, agora, diante das baixas temperaturas, é nas estações do outono e de inverno que precisamente quando mais a população consome eletricidade. A cesta básica aumentou uma média de 15%, mas há produtos como leite, ovos e frango que a alta chega a 20%.

Para tentar desmobilizar o protesto, o Ministério da Fazenda tentou às pressas reunir as entidades sindicais do funcionalismo durante a semana, alegando que estaria a caminho um aumento salarial através de uma ampliação do orçamento geral do Estado no próximo ano.

Phys.org

Reator experimental já construído servirá de base

Chineses desenvolvem o maior reator de fusão do mundo para a produção de energia limpa

A China aprovou a construção na Província de Sichuan de um megalaboratório que irá produzir energia limpa a partir de fusão nuclear em apenas seis anos, informou Peng Xianjue, professor da Academia Chinesa de Engenharia Física e um dos maiores especialistas do país em energia nuclear.

O professor afirmou em sua apresentação do projeto que pesquisadores chineses estão em processo de criar uma reação de fusão nuclear através de uma carga elétrica tão poderosa que seria capaz de fundir dois tipos de isótopos de hidrogênio, o deutério e o trítio. Esse processo pode liberar uma quantidade enorme de energia que será convertida em eletricidade, segundo o jornal South China Morning Post,

"O fato de produzir energia de fusão nuclear em larga escala será um marco importante no caminho para a produção em massa dessa energia para as pessoas", assinalou Peng.

"A ignição por fusão é um grande tesouro da ciência e da tecnologia no mundo de hoje", sublinhou.

O reator conhecido como Z-FFR poderá produzir energia em 2028 antes de se tornar comercialmente operacional em 2035, de acordo com uma estimativa relatada pela equipe de Peng.

O cientista destacou a importância de organizar esse novo sistema de consumo de energia na China, baseado em energia "verde" ou de baixo carbono para que o país possa cumprir seus compromissos de alcançar a neutralidade carbônica.

O país é responsável pela produção de 11% do CO_2 global, de acordo levantamento publicado pela Carbon Brief, site especializado em ciência e política de mudança climática. A energia por fusão nuclear é considerada muito limpa pela baixa produção de rejeitos.

Plantas desse tipo podem armazenar uma quantidade gitantesca de energia e liberá-la em alguns nanosegundos.

O pulso elétrico pode criar pressão extrema e radiação suficiente para que dois átomos leves se fundam em um mais pesado de tal forma a liberar massa na forma de energia.

Embora a teoria já tenha obtido comprovações práticas como o reator experimental já em funcionamento, mas a construção de uma máquina capaz de produzir mais saída do que entrada de energia gerando sua produção é ainda visto como algo de extremamente difícil obtenção e nenhum país até aqui conseguiu o domínio total desta técnica que uma vez atingida permitiria a produção energética por tempo ainda não definido sem reposição material e sem a geração de rejeitos de monta.

Estivadores de Liverpool iniciam greve por ajuste salarial frente à inflação

Os estivadores de Liverpool iniciaram uma paralisação de duas semanas nesta terça-feira (20) em repúdio à política de arrocho salarial imposta pela Mersey Docks and Harbour Company – integrante da Peel Ports – uma das cinco empresas que administram portos no Reino Unido e na Irlanda.

Com a participação de 560 estivadores à entrada do porto inglês, teve início a paralisação. Os portuários rejeitaram um reajuste salarial de 7% a 8,3% (inferior à inflação de 10%, e que está crescendo) com um pagamento único de £ 750 (libras esterlinas) – R$ 4.387,00.

A situação é ainda mais dramática porque as contas de eletricidade e gás no país aumentaram e chegam a 3.549 £ anuais (R$ 20,7 mil nos valores mais altos), 80% a mais do que o teto anterior, de £ 1.971 (R$ 11,15 mil), valor que já havia sido reajustado em abril. Pelo sistema inglês, o teto é aplicado a 24 milhões de consumidores residenciais, e os novos valores serão aplicados a partir de outubro. Diante da gravidade do arrocho, a categoria reivindica um aumento salarial igual à inflação mais um aumento no topo, que possa fazer frente ao caos econômico estabelecido.

Nos diferentes piquetes, centenas de grevistas e apoiadores começaram a protestar desde às 7 horas da manhã, contando com a solidariedade internacional de estivadores da Espanha, Dinamarca, Suécia e França, que enviaram delegações para fortalecer o movimento.

Conforme denunciou o organizador regional do Unite North West, Steve Gerrard, a polícia está tentando impor as leis de piquete e buscando limitar o número de trabalhadores em cada entrada, "mas havia uma multidão de 400 a 500". "A empresa está cheia de dinheiro. Nos últimos cinco anos, eles distribuíram 60 milhões de libras esterlinas para diretores e acionistas", condenou Gerrard, acusando os chefes das docas de renegar acordos feitos em 2021 sobre avaliações de empregos, padrões de turnos, taxas de remuneração para diferentes habilidades e reduções no trabalho noturno. "Agora eles estão dizendo que será somente em 2023 e 2024", protestou.

A categoria informou que a administração está desviando navios destinados a Liverpool para outros portos, o que torna necessário ampliar a solidariedade dos estivadores de outros portos. "Nossos membros trabalharam durante a pandemia e colocaram suas famílias em risco. Naquela época éramos trabalhadores-chave. Agora somos apenas estivadores. Sem dúvida haverá apoio internacional em outros portos ao redor do mundo", ressaltou Gerrard, frisando que "os sindicatos na França, Espanha, Holanda e Alemanha têm muito mais liberdades sindicais do que nós", o que é inaceitável.

De vídeo da Agência Sputnik

O alemão Stefan Schaller teve uma boa impressão sobre a consulta à população

Observador alemão elogia "organização e transparência" do referendo no Donbass

Em conflito desde 2014 contra a política genocida do governo ucraniano, as repúblicas populares de Donetsk e Lugansk no Donbass e as regiões de Kherson e Zaporozhie ao sul começaram um referendo para decidir se irão ou não integrar-se com a Rússia. Foram as assembleias locais que aprovaram a realização imediata da consulta.

"É muito transparente e muito bem organizado, tanto quanto é possível neste curto espaço de tempo", afirmou o observador da Alemanha, Stefan Schaller, gerente da empresa Energie Waldeck-Frankenberg GmbH, testemunhando o êxito do processo eleitoral – iniciado na última sexta-feira (23) e que vai até a próxima terça-feira (27).

Acompanhando o processo na cidade de Melitopol, na região de Zaporozhie, Schaller ressaltou que irá compartilhar sua experiência com os meios de comunicação para que informem sobre o que está realmente acontecendo. "Terei contato com alguns jornais e direi a eles que estive aqui. Sempre faço [coletivas] com a imprensa", declarou.

Conforme o portal russo RIA Novosti, 55% dos eleitores já depositaram seu voto na República Popular de Donetsk, 45,86% em Lugansk, 35,54% em Zaporozhie e 31,79% em Kherson.

Questionado sobre o impacto dos bombardeios e atentados das tropas de Zelensky contra as cidades e a população civil, Schaller disse que "é claro que há influência e que isso acontece". Em relação às possíveis sanções da União Europeia (UE) contra a sua participação como observador do referendo, afirmou que já é "um homem velho" e que não teme sanções.

Segundo Vanessa Martina Silva, da ComunicaSul, cerca de 200 observadores internacionais estão na Rússia para acompanhar o processo, entre eles intelectuais, jornalistas, diplomatas e outros profissionais da América Latina, África, Europa e Ásia. Além dos centros de refugiados, os observadores também vão visitar locais de votação em Lugansk, Donetsk e Zaporozhie. Também está prevista uma visita à usina nuclear desta cidade.

Vanessa assinalou que "por mais que a mídia ocidental tente pintar um cenário de caos, a vida segue normalmente".

Leia mais no site do HP

'Vencer a batalha pelo Donbass e pela Rússia', convoca o líder do PC russo

DUMA

Gennady Zyuganov, presidente do PC da Federação da Rússia, fala à Câmara de Deputados

"Cada geração tem sua própria 'Vitória de 1945'. Acreditamos que a ação conjunta na luta contra o nazismo e o fascismo é nosso dever sagrado para com a memória dos Heróis da Grande Guerra Patriótica. Este é o mandato de nossos pais e avós e de todas as gerações da Rússia, que durante séculos defenderam a liberdade e a independência de nossos povos", afirmou Ziuganov

O presidente do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, líder da bancada do Partido Comunista na Duma Estatal, Gennady Zyuganov, saudou as recentes medidas tomadas pelo presidente Vladimir Putin, inclusive a mobilização parcial de reservistas, "um passo adiante em termos de normalização da situação na frente da luta contra o fascismo, o nazismo, a Otan e a agressão de Bandera [chefe do colaboracionismo com Hitler e ícone dos neonazis ucranianos]".

Segue a íntegra do pronunciamento de Zyuganov em 21 de setembro, antecipando a sessão plenária da Duma Estatal:

Boa tarde. Hoje o Presidente da Rússia V.V. Putin dirigiu-se aos soldados e oficiais, a todos os cidadãos do nosso país e a todas as boas pessoas do planeta, e anunciou uma mobilização parcial. Considero seu apelo extremamente importante. Na minha opinião, este é um passo em frente em termos de normalização da situação na frente da luta contra o fascismo, o nazismo, a agressão de Bandera e da OTAN, que atingiu o mundo russo e que desafiou cada um de nós.

Cada geração tem sua própria "Vitória de 1945". Não podemos perder a batalha pelo Donbass e pela Rússia. Não podemos perder para os fascistas e nazistas contemporâneos. Este é o mandato de nossos pais e avós e de todas as gerações heroicas da Rússia, que durante séculos defenderam a liberdade, a segurança e a independência de nossos povos.

Concordo plenamente com os principais pontos do discurso do Presidente. Acredito que o presidente corretamente dirigiu uma reunião com os que trabalham no complexo industrial militar. Nosso partido e nossa bancada no parlamento conseguiram preservar muito do que está ligado ao complexo militar-industrial.

TEMPOS SOVIÉTICOS

Eu me curvo ao ex-deputado da Duma Estatal da facção do Partido Comunista Maslyukov e seu talento. Nos tempos soviéticos, ele formou toda a política militar-industrial do país. Junto com ele, conseguimos manter a paridade de mísseis nucleares e fazer de tudo para dominar os produtos mais recentes. Eles entraram em serviço com nosso exército e o presidente está orgulhoso deles. Ele os apresentou várias vezes.

Alguns "boca-amarela", inclusive entre os jornalistas, dizem que supostamente vamos perder a guerra. Na opinião deles, alguns tios virão até nós e nos escravizarão. Mas para nós, um submarino, onde estão instalados vários mísseis com ogivas nucleares, é suficiente para trazer qualquer país à razão e paralisá-lo por duas décadas.

Mas a guerra que nos foi imposta na Ucrânia não pode ser resolvida por meios nucleares. Esta guerra deve ser resolvida exclusivamente pelas forças técnico-militares, intelectuais e espirituais, bem como pela gestão organizacional moderna.

O presidente enfatizou que na Rússia será realizada uma mobilização parcial. Eu três vezes intervindo da tribuna da Duma do Estado, falei sobre isso. Quase três milhões de pessoas usam insígnias militares em nosso país. Este é realmente um exército bem treinado e equipado que foi testado pelos conflitos militares afegãos, chechenos e sírios. Temos bastante profissionais e pessoas competentes que são capazes de tomar uma decisão razoável e garantir o sucesso no campo de batalha. Temos reservistas tecnicamente treinados. Se todos passarem por treinamento adicional, poderão realizar qualquer missão de combate.

Mas não há necessidade de nenhuma mobilização geral hoje. Na URSS, durante a Segunda Guerra Mundial, 33 milhões de pessoas foram convocadas para expulsar os nazistas para Berlim. As reservas de mobilização da Rússia moderna são de aproximadamente 18 milhões de pessoas. Mas Shoigu disse que cerca de 300.000 pessoas seriam convocadas. Isso é menos de 2% do número total de soldados de reserva.

INDÚSTRIA MILITAR

Também exorto o governo federal a convocar representantes do complexo econômico nacional. Nenhum complexo militar pode funcionar normalmente se a economia nacional não estiver funcionando bem. Deve ser transferido para os trilhos da mobilização e fornecer aos nossos soldados tudo o que for necessário. Nem um único exército no mundo venceu sem elevação espiritual, sem educação patriótica. Hoje, escritores, atores e cantores patrióticos estão novamente sendo demandados. Tais patriotas foram: Sholokhov, Levitan, Mikhalkov, Simonov, Gaidar, Bernes, Utyosov e outros – todos aqueles que, com uma palavra patriótica e uma canção brilhante, inspiraram as façanhas de nossos soldados durante a Grande Guerra Patriótica.

Uma tarefa importante é trabalhar com a geração mais jovem. Há 20 anos estamos formando destacamentos pioneiros, revivendo organizações do Komsomol e destacamentos de construção estudantil. Fazemos de tudo para que nossos jovens conheçam sua própria história e sejam educados em tradições patrióticas.

Acho que a maior parte de toda a linha atual de livros didáticos de história deveria ser jogada fora. Não tem nenhum interesse histórico. De acordo com esses livros de história, é impossível mobilizar a geração mais jovem para lutar contra o nazismo, fascismo e os Bandera. Precisamos preparar com conteúdo real uma linha de livros patrióticos sobre história, ciências sociais e literatura. Precisamos de livros didáticos para treinamento militar básico. Acumulamos uma experiência única nestas questões.

Chamo sua atenção para o fato de que em 1991 os "reformadores" destruíram em primeiro lugar a escola clássica russo-soviética. Eles puxaram para a Rússia programas estrangeiros e liquidaram toda a nossa educação e ensino patriótico.

O presidente da Rússia também deve limpar seus gabinetes mais próximos. Deixe-me lembrá-lo que a escola clássica de Fursenko e Livanov foi destruída.

Vejam como os alunos modernos estudam história. Eles estudam na Internet. Mas lá não há os nomes de cientistas e generais russos.

Recentemente assisti a um filme sobre exploração no Cosmos, encenado em conjunto com os americanos. Neste filme, eles se calaram sobre os méritos dos cientistas soviéticos na conquista do espaço, enquanto imerecidamente muitos elogios são cantados aos americanos.

Eu faria uma pergunta a Shoigu: por que especialistas militares estrangeiros continuam sentados nos gabinetes de Kyev? Temos meios suficientes para que eles não fiquem sentados lá e não dêem instruções diretas. Eles estão encarregados de toda a operação político-militar. Mas vocês estão em condições de complicar drasticamente suas possibilidades.

É necessário tomar medidas para proteger o Donbass. Para que os banderistas parem de disparar com armas é necessário cortar as formas de entrega de munição a eles. São três ferrovias, três pontes e dois túneis. Há muito tempo é possível parar essa desgraça e loucura.

Apoiamos totalmente a vontade dos cidadãos da Pequena Rússia, que expressaram seu desejo de realizar urgentemente um referendo e se juntar à Rússia. Apelamos a todos os cidadãos normais e dignos para que participem neste Referendo.

Acredito que devemos nos dirigir a todos os cidadãos da Ucrânia. Para todas as pessoas de opiniões patrióticas. Para aqueles que permaneceram fiéis à Bandeira Vermelha. Nossa União dos Partidos Comunistas fará isso imediatamente. Acreditamos que a ação conjunta na luta contra o nazismo e o fascismo é nosso dever sagrado para com a memória dos Heróis da Grande Guerra Patriótica.

É muito importante para nós, na Duma, entender que o orçamento que o Governo vai aplicar deve corresponder integralmente com os discursos de hoje do Presidente e do Ministro da Defesa. O orçamento federal deve fornecer tudo o que é necessário para a população civil, para todos os tipos de indústrias, inclusive o complexo industrial-militar. Deve também prever a restauração de instalações danificadas nas regiões que (tenho certeza) em breve se juntarão à Rússia.

Estou certo de que existem forças saudáveis na Ucrânia. Junto conosco, eles serão capazes de repelir a Otan e os fascistas. O fascismo não vai passar! Apelo a todos para que se unam em nome da luta contra as forças mais malignas.

Hoje temos que resolver três tarefas importantes na Ucrânia e no Donbass. Preservar e fortalecer o mundo russo. Não deixar que os globalistas norte-americanos continuem a ditar seus termos para nós. Mostrar à Otan que podemos lutar.

A Otan hoje continua as ideias que Hitler e todos os regimes fascistas alimentaram. Seremos capazes de derrotá-los desta vez também. Desejo a todos sucesso nesta marcha vitoriosa.

Tradução: **Hora do Povo**

10 mil nas ruas de Bruxelas protestam contra tarifas altas de energia devido às sanções

Em Bruxelas, o "outono do descontentamento" já começou, com mais de dez mil pessoas nas ruas exigindo redução nas insuportáveis contas de energia, infladas pela política de sanções contra o petróleo e gás russo, decretadas por Washington e acatadas entusiasticamente pela União Europeia, acarretando uma escassez artificial do gás e consequente alta do preço.

O que, por uma "questão de mercado", alcança até a energia que é produzida não por gás, por termelétrica, mas por central nuclear!

Segundo uma pesquisa, como registrado pela Associated Press, 64% dos belgas temem não ser capazes de pagar as contas de energia, que praticamente dobraram em relação há um ano atrás.

O protesto em Bruxelas foi na quarta-feira (21) e, na véspera, foram os eslovacos que foram às ruas de Bratislava repudiar alta da energia e a carestia descontrolada. No início do mês, os checos.

A manifestação foi convocada pelas três principais centrais sindicais belgas e inclusive já está marcada uma greve geral para 8 de novembro.

Trajados de verde, azul e vermelho, as cores das três centrais, "a indignação era palpável, conforme eles se concentraram no centro da cidade", descreveu o muito moderado portal europeu Euronews.

A razão da indignação é que, com a conta média de eletricidade chegando a 9200 euros e o inverno se aproximando, o governo belga acaba de anunciar uma minúscula redução de 392 euros em novembro e dezembro, enquanto a Engie-Electrabel, que monopoliza o setor da energia, obtém lucros extraordinários.

Como denunciou o deputado oposicionista, Peter Mertens, do Partido do Trabalho da Bélgica, "o que o governo está tirando do chapéu hoje equivale a uma redução única de apenas 4% para passar o inverno". Quando eles vão entender – acrescentou o parlamentar – que as tarifas de energia devem cair "drasticamente?" E que essa migalha "não é suficiente para proteger as pessoas do risco de pobreza?".

"É como dizer às pessoas 'se vire, não conte conosco'", concluiu Mertens, denunciando o abandono das famílias por parte do atual governo. O que se torna ainda mais grave na medida em que o inverno se aproxima.

A porta-voz das centrais sindicais, Miranda Ulens, assinalou que o governo "tem o dinheiro" para subsidiar as escorchantes tarifas, mas diz que isso afetaria "nosso equilíbrio fiscal", então, "não vão dar nada". O povo precisa de ajuda "agora", conclamou.

Segundo Euronews, os manifestantes querem "medidas imediatas" das autoridades, ao invés de "culpar a geopolítica" – como o portal se refere ao conflito na Ucrânia e à adesão do bloco europeu ao regime de Kiev, mesmo que às custas das condições de vida e trabalho dos europeus.

Ao portal, 'Ludovic', disse trabalhar "há 23 anos" e agora ser "a primeira vez" em que está tendo "dificuldades reais para sobreviver".

Um metalúrgico identificado apenas pela procedência – "de Charleroi" – disse ao Euronews que "o governo é que tem que resolver problemas e achar soluções", acrescentando "não se importar sobre geopolítica". Uma forma simplificada de rechaçar a demagogia feita pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen", que recomendou aos europeus que mandem a conta de eletricidade "para Putin".

Para o secretário nacional da central CGSLB, Olivier Valentin, há uma queda nos salários reais, mas a reforma trabalhista de 1996 dificulta a negociação da recuperação de salários. Questão também destacada em cartazes portados pelos manifestantes.

Leia mais no site do HP

AFP

Multidão tomou as ruas de Bruxelas contra carestia e aumento nas tarifas de energia causados por sanções

“A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica”, por Ronaldo Carmona (1)

Publicamos hoje o artigo “A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica”, de Ronaldo Carmona, professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) e Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Ele coordena o Núcleo de Defesa e Segurança Internacional do centro e é PhD pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Chefiou a área de planejamento do Ministério da Defesa.

O autor faz uma análise minuciosa do cenário internacional, dos principais acontecimentos da atualidade e aponta as origens dos conflitos que estão em curso no mundo. Ele discute os fatores que deram origem à guerra na Ucrânia, sobretudo aqueles relacionados à sensibilidade geográfica típica de grande potência, no caso, da Rússia, em relação a seu território. São apontados os seus reflexos para o Brasil e para a nova realidade multipolar que surge no mundo contemporâneo.

Carmona destaca uma das principais consequências do atual conflito na relação mundial de forças: a união entre a Rússia e a China. “Henry Kissinger advertiu, no último fórum de Davos, realizado durante a guerra – em meio às celebrações do grande capital financeiro internacional para a figura de Zelensky –, o erro da estratégia dos Estados Unidos ao abrir duas frentes e, mais que isso, favorecer a “amizade sem limites” entre os dois gigantes euroasiáticos, proclamada em 4 de fevereiro último, semanas antes da guerra, na abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim”, diz ele.

“Na teoria geopolítica clássica anglo-saxã”, prossegue o autor, “podemos dizer, a unidade dos dois gigantes euroasiáticos é o grande pesadelo entre seus grandes protagonistas, de Mackinder a Spykman, de Brzezinski a Kissinger – este último, aliás, autor da manobra geoestratégica há cinco décadas que impediu tal “amizade sem limites”. Confira abaixo o texto, publicado originalmente na **Revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)**.

Imagem: Shutterstock. (Fotomontagem HP)

RONALDO CARMONA

HP ESPECIAL

Podemos afirmar que a eclosão da guerra na Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 representou um “acelerador de tendências” já pré-existentes, como a crise na globalização, as tensões sobre as cadeias produtivas e o imperativo dos fatores de segurança nacional na “grande estratégia” das principais potências. E, ainda mais importante, pelo menos desde a crise econômica e financeira de 2007/2008, já se manifestavam fenômenos relacionados a uma disputa sistêmica em torno de como resultariam a configuração e o balanço de forças entre as grandes potências neste século XXI.

Pode-se dizer que, desde o “episódio Lehman Brothers” – o primeiro choque na hiperglobalização instaurada ao fim da Guerra Fria, com a vitória de um dos polos da contenda, o liderado pelos Estados Unidos –, o mundo assistiu a uma sucessão de eventos de grande intensidade geopolítica: as repercussões políticas da desindustrialização nos países desenvolvidos, com o Brexit na União Europeia e depois com a presidência de contestação sistêmica de Donald Trump, nos Estados Unidos, que “dobra a aposta” na confrontação com a China, herdada da presidência de Obama; a eclosão da pandemia de Covid-19, cujos efeitos mais agudos são, além de milhões de mortes, a paralisia da economia mundial e a destruição de forças produtivas. Na sequência, antecedida pela declaração sino-russa de 4 de fevereiro último, inicia-se o que os russos denominam “operação militar especial”, dando partida a um confronto bélico de grandes proporções no Leste da Europa com dramáticas consequências, como se buscará demonstrar neste texto. Vistos em conjunto, esses eventos encadeados têm fortes consequências sobre o sistema e a ordem internacional.

Neste trabalho, além desta breve introdução, buscaremos a seguir discutir os fatores que deram origem à guerra na Ucrânia, sobretudo aqueles relacionados à sensibilidade geográfica típica de grande potência, no caso, da Rússia, em relação a seu território. Buscaremos ainda apresentar o desenvolvimento da guerra, ao completar seis meses de sua eclosão, no momento da redação deste trabalho; em seguida, observaremos algumas consequências sistêmicas da guerra; por fim, buscaremos discutir, preliminarmente, os impactos relevantes para o projeto brasileiro.

GUERRA NA UCRÂNIA: SUAS ORIGENS E SEU DESENVOLVIMENTO

O conflito iniciado em 24 de fevereiro último não poderá ser compreendido em sua plenitude sem uma breve digressão histórica acerca dos fatores que levaram à sua eclosão.

Primeiro, pelo fator histórico mais remoto, relacionado a ser a “Rus de Kiev” a origem da própria nacionalidade russa. Os séculos seguintes veriam o centro de gravidade da Rússia como nação transladar-se a Moscou e São Petersburgo, mas a origem da nacionalidade não pode ser subestimada para compreender exatamente por que a Ucrânia representa, no imaginário russo, uma “linha vermelha” existencial de sua identidade nacional.

A existência da Ucrânia independente, apartada da Rússia, é obra da construção da União Soviética após a Revolução de 1917, quando a questão nacional passa a ter uma interpretação singular no âmbito da cosmovisão do marxismo-leninismo, que, por décadas, hegemonizaria as 15 repúblicas soviéticas que a conformavam, em especial a interpretação leninista quanto à “autodeterminação dos povos”.

O desfecho da Guerra Fria nos episódios de 1989/1991 é o passo seguinte a ser observado. A vitória do bloco liberal-ocidental essencialmente decorre do colapso da União Soviética, após cinco décadas de vigência de uma sofisticada “geopolítica da contenção” (containment), originada na teoria clássica anglo-saxã – com Mackinder e Spykman –, tomando forma no Departamento de Estado pela ímpar figura de George Kennan em seu longo telegrama. A prolongada contenção ao longo das cinco décadas da Guerra Fria tem seu episódio definidor, como argumentamos em trabalho recente (Carmona 2019), na manobra kissingeriana que logra potencializar diferenças ideológicas entre a liderança chinesa e a soviética no início dos anos 1970 – recentemente registrou-se o cinquentenário da visita do presidente Nixon ao presidente Mao em Pequim, 1972.

O fato é que, ao longo das duas décadas que seguiram a essa visita, a China iniciaria, poucos anos depois – em 1978, com o início da política de “reforma e abertura”, magistralmente concebida por Deng Xiaoping –, uma ascensão (ou melhor, uma re-ascensão, dada sua posição anterior à chamada guerra do ópio) no sistema internacional, cujas consequências se fazem sentir na sua plenitude nos dias de hoje, na atual disputa sistêmica em torno da supremacia mundial.

Já a União Soviética, exaurida por uma disputa que sua base material não lograria sustentar, agravada por problemas internos de diversas ordens, acabaria por render-se unilateralmente através de sua dissolução em 1991, rendição que não foi mediada por qualquer acordo quanto aos termos deste colapso. Há quem argumente quanto ao compromisso norte-americano, quando da aceitação por Gorbachov da reunificação da Alemanha, de abster-se da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) a Leste. Contudo, registre-se acordo realizado entre uma parte vencedora, com uma postura triunfalista – representada pela ideia, como diria Fukuyama, da eternidade do sistema liberal-ocidental com o fim da história –, e a outra, em colapso, sem condições de impor qualquer exigência relevante.

O fim da URSS e a liderança de Yeltsin marcam uma humilhação histórica de grandes proporções para o velho império russo. Estrategistas norte-americanos, como o russófobo de origem polaca Zbigniew Brzezinski, chegam a propor o golpe de misericórdia que seria a fragmentação territorial da Rússia, para que ela jamais pudesse se reerguer.

Porém, já no ocaso do decadente governo de Yeltsin, a emergência do primeiro ministro Vladimir Putin e da figura do chanceler Evgueni Primakov marca o início da restauração dos objetivos geopolíticos da Rússia. Em especial cabe destacar, na Doutrina Primakov, a ideia de que a Rússia deveria voltar sua atenção para a Eurásia, restabelecer sua zona de influência e trabalhar pela multipolarização do sistema internacional. A ascensão de Putin à presidência no ano 2000 iniciaria duas décadas de reconstrução lenta, mas persistente, do poder nacional russo, ancorado principalmente nos excedentes de energia, sobretudo petróleo e gás natural, e também no legado do parque científico e tecnológico soviético e de seu suporte à recomposição de sua indústria militar.

As três décadas após o fim da Guerra Fria marcariam sucessivas ondas de expansão da OTAN a Leste, incorporando, na prática, quase todo o antigo Pacto de Varsóvia.

Não seria exagerado considerar a Ucrânia o “ventre-mole” do império russo, isto é, sua área de maior sensibilidade territorial e, portanto, nacional – tendo em vista ser a geografia a questão de maior sensibilidade de uma nação. Não por acaso, a compreensão mais recente da crise atual precisa ser observada em seu ponto inicial na chamada “Revolução Laranja” nas eleições presidenciais ucranianas de 2004, assim denominada pela cor que simbolizava a campanha do candidato de oposição, Viktor Yushchenko. O evento desencadeia as chamadas “Revoluções Coloridas”, uma série de acontecimentos em cascata ocorridos em países do entorno russo, com nítidas digitais de serviços de inteligência norte-atlânticos visando à desestabilização política de governos pró-Moscou. Os episódios se repetiriam em linhas gerais, quase dez anos depois, no movimento que ficaria conhecido como Euromaidan, no qual uma parcela expressiva da população ucraniana defendia um acordo de associação do país com a União Europeia. Depois, radicalizado, resultaria na deposição do governo pró-Moscou de Viktor Yanukovych em 2014 e, ato contínuo, na invasão militar russa da Crimeia e em partes das oblasti (províncias) de Donetsk e Luhansk, todas de maioria étnica russa.

A compreensão da crise atual pela dimensão psicossocial é fundamental para entender suas causas de fundo. Observe-se que a Ucrânia é um país de frágil identidade nacional. Grosso modo, a margem oeste do Rio Dnieper sempre sofreu forte influência europeia; a própria cidade de Lviv, a maior na porção mais ocidental do país, em tempos mais remotos era parte do império austro-húngaro. Por outro lado, a parte a Leste do Dnieper e o Sul da Ucrânia têm uma identidade russa bastante acentuada. A província da Crimeia, aliás, sede da esquadra russa do Mar Negro, foi uma concessão do ucraniano Nikita Kruchov, quando liderou a União Soviética, à então República Soviética da Ucrânia, um fato nunca bem aceito pelos russos em função da posição geoestratégica fundamental daquela região para Moscou.

A atual guerra na Ucrânia, portanto, se origina de uma combinação de fatores, que vão da cosmovisão nacional russa a respeito do que representa esse país para sua própria nacionalidade, combinada com a expansão contínua da OTAN à esfera de influência da Rússia, cuja “linha vermelha”, na argumentação de Moscou, foi a ameaça da incorporação à instituição militar norte-atlântica.

Vale recordar que, em 17 de dezembro de 2021, o governo russo propôs um acordo aos Estados Unidos e à OTAN visando preservar aquilo que Moscou considera como seus interesses de segurança vitais. Nesse documento, ignorado por Washington e Bruxelas, propunha-se, dentre outras coisas, a neutralidade militar da Ucrânia e a não concentração de mísseis nas fronteiras russas [1].

O DESENVOLVIMENTO DA GUERRA NA UCRÂNIA DESDE 24 DE FEVEREIRO

A transposição das fronteiras ucranianas por tropas russas, após meses de concentração preventiva no seu próprio território, deflagrou a atual campanha militar. Numa primeira fase, a ofensiva militar russa chegou a se estabelecer em quatro frentes. Vejamos o desenvolvimento de cada uma delas nos primeiros meses da guerra.

A primeira frente desenvolveu-se a partir do Donbass, isto é, das “repúblicas populares” de Donetsk e Luhansk – governos autonomizados no extremo Leste da Ucrânia sob controle político de Moscou desde 2014 –, no qual o objetivo inicial visava à cidade de Mariupol, sede de forças de elites ucranianas, dentre elas o Batalhão Azov, que, por todos estes anos, desde 2014, assediava militarmente de maneira regular as posições pró-Rússia no Donbass. A Siderúrgica Azovstal, onde se entrincheiraram os combatentes pró-Kiev, foi finalmente tomada em 20 de maio, após três meses de duras batalhas. Em seguida, a conquista russa da estratégica cidade de Severodonetsk, em 25 de junho, representou outro avanço importante nos objetivos militares de Moscou na região, que seria completado pela conquista russa da íntegra da oblast de Luhansk após a tomada da cidade de Lisichansk em 3 de julho. Atualmente, num avanço lento, tendo em vista o Teatro de Operações, a Rússia busca a conquista da íntegra da oblast de Donetsk, com a qual poderá proclamar a vitória total no Donbass, região ucraniana de etnia russa, um dos grandes objetivos de guerra para Moscou.

A segunda frente desenvolveu-se no eixo Crimeia-Kherson. A conquista russa da cidade de Kherson, na embocadura do Rio Dnieper, logo no início da guerra, em 3 de março, foi a primeira vitória expressiva da Rússia. Com essa conquista, a Rússia não apenas resolveu o problema logístico relativo ao abastecimento de água para a Crimeia, como solidificou posição na franja norte do Mar Negro, estabelecendo uma posição, que numa próxima fase da guerra, estima-se, será crucial para a conquista da cidade de Odessa, a Oeste, criando condições para o que nos parece o principal objetivo geoestratégico russo nesta campanha na Ucrânia: o domínio completo da parte ucraniana do Mar Negro, estendendo-o até a Transnístria, região autônoma de maioria russa na Moldavia, conformando, desde o Donbass, o que seria a Novarossia.

A terceira frente deu-se no eixo Belarus-Kiev. No início da guerra, a partir de tropas estacionadas na aliada Belarus, Moscou deflagrou esta frente visando, aparentemente num primeiro momento, ao cerco e à conquista da capital ucraniana. Após obter o cerco de Kiev, em meados de março, contudo, Moscou começou a retirada do entorno de Kiev, o que se completou totalmente no início de abril. Desde então, ataques a objetivos militares na capital ucraniana continuam a ser registrados por meio de mísseis lançados à distância. Aparentemente, o objetivo inicial russo com o ataque a Kiev foi obrigar as tropas ucranianas a se dividirem, pela importância central que tem, para qualquer país, a defesa de sua capital. Contudo, se forem corretas as declarações do chanceler russo no início de julho na reunião da Liga Árabe no Cairo, que o objetivo russo é a deposição do regime de Kiev, será inevitável a retomada, como objetivo militar, da conquista de Kiev, o que por certo prolongaria a guerra em muitos meses ou até anos.

Por fim, uma quarta frente observou-se no eixo Kharkiv-Kiev, tendo em vista o objetivo de chegar à capital ucraniana partindo da conquista de Kharkiv (ou Carcóvia), uma grande cidade ucraniana de um milhão e meio de habitantes e capital do país até 1934. A tomada de Kharkiv, contudo, nunca se efetivou, e o cerco russo à cidade começou a ser relaxado em meados de maio, concluindo o recuo no final deste mês. Em junho e julho, movimentos de contraofensiva ucraniana a partir da cidade foram alternados com pequenos avanços russos nos subúrbios de Kharkiv.

Continua na próxima edição